



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

CLEYTON DE OLIVEIRA RITTA

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS:
um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa
nos anos de 2006, 2007 e 2008

Florianópolis - SC
2010

CLEYTON DE OLIVEIRA RITTA

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS:
um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa
nos anos de 2006, 2007 e 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade em nível de Mestrado oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Contabilidade, área de concentração Controladoria.

Orientadora: Dra. Sandra Rolim Ensslin

**Florianópolis – SC
2010**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

R613e Ritta, Cleyton de Oliveira
Evidenciação contábil de ativos intangíveis
[dissertação] : um estudo nas empresas brasileiras
pertencentes ao Índice Bovespa nos anos de 2006, 2007 e
2008 / Cleyton de Oliveira Ritta ; orientadora, Sandra
Rolim Ensslin. - Florianópolis, SC, 2010.
108 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação
em Contabilidade.

Inclui referências

1. Contabilidade. 2. Evidenciação contábil. 3. Ativos
intangíveis. 4. Índice Bovespa. I. Ensslin, Sandra Rolim.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

CDU 657

CLEYTON DE OLIVEIRA RITTA

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Rogério João Lunkes, Dr.
Coordenador do PPGC

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Sandra Rolim Ensslin, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Orientadora

Prof. Ernani Ott, Dr.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Membro Externo

Prof. Pedro Alberto Barbeta, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Membro Externo

Prof. José Alonso Borba, Dr
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Membro Suplente

Florianópolis, 19 de abril de 2010

Dedico este trabalho a minha mãe, Fátima de Oliveira Rita, a meu pai, Pedro Rita (*in memoriam*), a minha esposa, Raquel S. Otacílio Ritta, e as minhas irmãs, Elisângela de Oliveira Rita e Andressa de Oliveira Ritta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por conceder mais esta oportunidade, pelo espírito empreendedor e pela motivação constante.

À professora orientadora, Dra. Sandra Rolim Ensslin, pelos ensinamentos e auxílio, sempre com sinceridade e simpatia. Um exemplo de profissionalismo e dedicação à ciência.

Aos amigos da UNESC, professores Dourival Giassi, Edson Cichella, Kátia A. D. L. Sorato, pelo apoio e incentivo na conclusão desta etapa.

Aos amigos do mestrado, Andréia Cittadin, Lourival Amorin, Zanoni Elias, pela ajuda nos momentos difíceis.

Aos membros da banca examinadora, pelas contribuições apresentadas ao estudo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, pela transmissão dos conhecimentos ao longo do curso.

Aos amigos Maura Paula de Miranda, Samuel Melo, Rodney Wernke, pela demonstração de amizade e solidariedade.

Aos meus primos Willian Franklin Ritta e Julieta C. Ferreyra Ritta, pelo auxílio fundamental para realização desta etapa.

“À medida que uma pessoa aumenta sua capacidade de fazer com que os outros a compreendam, ela amplia também, na mesma extensão, sua oportunidade de ser útil. Certamente em nossa sociedade, em que é necessário aos homens, mesmo nos assuntos mais simples, cooperarem com os seus semelhantes, é preciso, primeiro que tudo, que se compreendam uns aos outros. A linguagem é o principal transmissor da compreensão e, por isso, devemos aprender a usá-la, não de forma grosseira, mais, sim, perspicaz.”

OWEN D. YOUNG

RITTA, Cleyton de Oliveira. **Evidenciação contábil de Ativos Intangíveis**: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa nos anos de 2006, 2007 e 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

Diante das novas práticas contábeis referentes aos Ativos Intangíveis (AIs), este estudo tem por objetivo analisar as informações evidenciadas sobre os AIs nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras pertencentes ao Ibovespa nos anos de 2006, 2007 e 2008. A amostra deste estudo é composta por 47 companhias não financeiras, com maior volume de negociação na BM&FBOVESPA. A pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica de caráter descritivo com abordagem qualitativa-quantitativa por meio da análise documental das demonstrações contábeis das organizações pesquisadas. Os resultados demonstram que, no ano de 2006, 35 empresas divulgaram em seus demonstrativos financeiros a norma da CVM ou do IBRACON, que trata da criação do subgrupo intangível. Em 2007, 29 companhias apresentaram informações sobre a criação do subgrupo intangível de acordo com a Lei n. 11.638/07. As práticas contábeis mais específicas sobre os AIs, provenientes do CPC, foram evidenciadas por 34 organizações em 2008. Em 2006, 27 empresas apresentaram os AIs de modo segregado nas demonstrações contábeis, seguidas por 33 em 2007, e 47 em 2008. Os tipos de AIs mais citados são o *Ágio* e o *Software*, seguidos pelo Direito Contratual. Os itens comuns às normas internacionais mais divulgados são o valor contábil, o método de amortização e a vida útil. Os AIs mais representativos são o *Ágio*, Direito Contratual, e o *Software*. Verifica-se que há uma correlação positiva entre os investimentos realizados em Ativos Intangíveis (G_i) e o Grau de Intangibilidade (GI) das empresas. Os modelos de regressão investigados são significativos e apontam uma relação positiva entre os AIs e as variáveis financeiras propostas. Conclui-se que os AIs são recursos estratégicos para as organizações. O seu controle proporciona vantagens competitivas, diferenciação no mercado e benefícios econômicos futuros acima da média em relação aos concorrentes. Por isso, a evidenciação contábil é fundamental para a

compreensão das atividades organizacionais, bem como o desempenho econômico-financeiro das entidades.

Palavras-chave: Evidenciação Contábil. Ativos Intangíveis. Intangibilidade. Índice Bovespa.

RITTA, Cleyton de Oliveira. **Accounting disclosure of intangible assets: a study of Brazilian companies listed in the Bovespa index in the years 2006, 2007 and 2008.** 108 f. Dissertation (Accounting Master) – Accounting Post Graduation Program at the Santa Catarina Federal University, Florianopolis, Brazil, 2010.

ABSTRACT

In view of the new accounting practices regarding Intangible Assets (IAs), This study aims to analyze the information disclosed about the AIs in the financial statements of Brazilian companies listed in the Ibovespa in the years 2006, 2007 and 2008. The sample in this study is composed of 47 non-financial companies, with the most negotiation volume in BM&FBOVESPA. The research is characterized as being of a theoretic-empiric nature with a descriptive character with a qualitative-quantitative approach through a documental analysis of the financial statements of the researched organizations. The results show that in the year 2006, 35 companies divulged the CVM or IBRACON rule in their financial statements, which deals with the creation of the intangible subgroup. In 2007, 29 companies disclosed information about the creation of the intangible subgroup in conformity with Law no. 11.638/07. The more specific accounting practices about the IAs, coming from the CPC, are disclosed by 34 organizations in 2008. In 2006, 27 companies disclosed the IAs in a separate way in the financial statements, followed by 33 in 2007 and 47 in 2008. The most cited types of IAs are Goodwill and Software, followed by Contract Laws. The items common to the most divulged international rules are book value, method of amortization and useful life. The most representatives IAs are Goodwill, Contract Law and Software. It was noted that there is a positive correlation between the investments made in intangible assets (Gi) and the intangibility degree of companies (GI). The regression models are significant and show a positive relationship between the AIs and the proposed financial variables. It was concluded that the IAs are strategic resources for organizations. Their control provides competitive advantages, market differentiation and future economic benefits above the average in relation to the competition. For this reason, the accounting disclosure is fundamental for the understanding of the

organizational activities and economic-financial performance of the entities.

Keywords: Accounting Disclosure. Intangible Assets. Intangibility. Bovespa index.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	25
1.2 TEMA E PROBLEMA	27
1.3 OBJETIVOS	27
1.3.1 Objetivo geral	28
1.3.2 Objetivos específicos	28
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	28
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	30
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	30
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS	33
2.1.1 Definição	33
2.1.2 Características estratégicas	34
2.1.3 Tipos de Ativos Intangíveis	37
2.1.3.1 Marca.....	38
2.1.3.2 Patente	38
2.1.3.3 Direito Contratual.....	38
2.1.3.4 Pesquisa e Desenvolvimento	39
2.1.3.5 <i>Software</i> (Sistemas Computacionais)	39
2.1.3.6 Fundo de Comércio	40
2.1.3.7 <i>Goodwill</i> (Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura)	40
2.2 NORMAS DE CONTABILIZAÇÃO E DE EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS	41
2.2.1 Normas internacionais e norte-americanas	41
2.2.2 Normas nacionais.....	44
2.2.3 Evidenciação contábil.....	48
2.3 PESQUISAS EMPÍRICAS SOBRE A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS	52

3 METODOLOGIA DA PESQUISA	57
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	57
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DA LITERATURA	58
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	59
3.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	62
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	66
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
4.1 EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS REFERENTES AOS ATIVOS INTANGÍVEIS	69
4.2 TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS	74
4.3 DIVULGAÇÃO DOS ITENS COMUNS ÀS NORMAS CONTÁBEIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO QUE TANGE AOS AIS	83
4.4 REPRESENTATIVIDADE DOS TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS	86
4.5 PARTICIPAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM RELAÇÃO AO ATIVO PATRIMONIAL TOTAL.....	88
4.6 RELAÇÃO ENTRE ATIVOS INTANGÍVEIS E VARIÁVEIS FINANCEIRAS	91
4.6.1 Análise de correlação entre o índice de investimentos em Ativos Intangíveis (Gi) e o índice de íntangibilidade (GI).....	91
4.6.2 Análise da regressão com dados em painel	94
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	97
5.1 CONCLUSÕES	97
5.2 RECOMENDAÇÕES	100
REFERÊNCIAS.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apresentação de informações sobre a NPC IBRACON n. 27/05 ou del. CVM n. 488/05 ou CVM n. 496/06.....	69
Tabela 2 - Apresentação de informações sobre a Lei n. 11.638/07, no que tange aos AIs	70
Tabela 3 - Apresentação de informações sobre as normas contábeis CVM n. 527/07 e n. 553/07 ou CPC n. 01/07 e n. 04/08	70
Tabela 4 - Apresentação de informações sobre a MP 449/08 (Lei n. 11.941/09), no que tange aos AIs	71
Tabela 5 - Apresentação do subgrupo intangível nas Demonstrações Contábeis.....	71
Tabela 6 - Apresentação de informações sobre a avaliação ao valor recuperável de AIs.....	72
Tabela 7 - Apresentação de informações sobre as normas internacionais relacionadas aos AIs	73
Tabela 8 - Evidenciação dos itens a divulgar no ano 2006 conforme art. 118 do CPC 04/08.....	83
Tabela 9 - Evidenciação dos itens a divulgar no ano 2007 conforme art. 118 do CPC 04/08.....	84
Tabela 10 - Evidenciação dos itens a divulgar no ano 2008 conforme art. 118 do CPC 04/08.....	85
Tabela 11 - Ranking das maiores e menores participações de AIs.....	90
Tabela 12 - Medidas descritivas da participação de Ativos Intangíveis	90
Tabela 13 - <i>Ranking</i> dos maiores e menores índices de investimentos em Ativos Intangíveis	91
Tabela 14 - Medidas descritivas do índice de investimentos em Ativos Intangíveis (Gi).....	92
Tabela 15 - <i>Ranking</i> dos maiores e menores índices de intangibilidade.....	93

Tabela 16 - Medidas descritivas do índice de intangibilidade (GI)	93
Tabela 17 - Correlação de Pearson entre o índice Gi e GI.....	94
Tabela 18 - Modelo de regressão com dados em painel PL e AI.....	94
Tabela 19 - Modelo de regressão com dados em painel RL e AI	95
Tabela 20 - Modelo de regressão com dados em painel VM e AI.....	96

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

Quadro 1 - Sintetização das correntes de pensamentos dos Ativos Intangíveis	34
Quadro 2 - Pesquisas sobre a inter-relação de Ativos Intangíveis e a geração de valor	36
Quadro 3 - Critérios contratuais e de separabilidade dos Ativos Intangíveis	37
Quadro 4 - Evolução do marco regulatório sobre intangíveis no Brasil	47
Quadro 5 - Informações mais requisitadas pelos usuários da informação contábil.....	49
Quadro 6 - Tratamento contábil de Ativos Intangíveis	51
Quadro 7 - Estudos empíricos sobre a evidenciação contábil de Ativos Intangíveis	55
Quadro 8 - Empresas pertencentes ao Ibovespa no quadrimestre jan./abr. 2009.....	61
Quadro 9 - Itens a divulgar referentes aos Ativos Intangíveis	63
Quadro 10 - Variáveis para o cálculo da correlação.....	64
Quadro 11 - Variáveis para o cálculo da regressão com dados em painel.....	65

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de Ativos Intangíveis evidenciados no triênio 2006-2008	74
Gráfico 2 - Apresentação do ativo Ágio no grupo do ativo permanente	76

Gráfico 3 - Apresentação do ativo Direito Contratual no grupo do ativo permanente	77
Gráfico 4 - Apresentação do ativo Fundo de Comércio no grupo do ativo permanente	78
Gráfico 5 - Apresentação do ativo Marcas e Patentes no grupo do ativo permanente	79
Gráfico 6 - Apresentação do ativo Pesquisa e Desenvolvimento no grupo do ativo permanente	80
Gráfico 7 - Apresentação do ativo Software no grupo do ativo permanente	81
Gráfico 8 - Apresentação do ativo “Outros” Intangíveis no grupo do ativo permanente	82
Gráfico 9 - Representatividade dos tipos de Ativos Intangíveis	87
Gráfico 10 - Participação setorial dos Ativos Intangíveis	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI - Ativo Intangível

AIIs - Ativos Intangíveis

ANPCONT - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Art. - Artigo

Biocomb. - Biocombustíveis

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

C - Variável Constante

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFPs - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Del. - Deliberação

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

Des. - Desvio

EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

EnEPQ - Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade

FASB - Financial Accounting Standards Board

GI - Índice de Intangibilidade

Gi - Índice de Investimentos em Ativos Intangíveis

H1 - Hipótese Alternativa 1

H2 - Hipótese Alternativa 2

H3 - Hipótese Alternativa 3

IBOVESPA - Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IAS - International Accounting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

Ins. - Instrução

Ln - Logaritmo Natural

MP - Medida Provisória

n. - Número

NPC - Norma e Procedimento de Contabilidade

Part. - Participação

Pesq. e Desenv. - Pesquisa e Desenvolvimento

PL - Patrimônio Líquido

Prob. - Probabilidade

Pron. - Pronunciamento

Res. - Resolução

RJ - Rio de Janeiro

RL - Receita Líquida

SFAS - Statement of Financial Accounting Standards

SP - São Paulo

S&P - Standard & Poors

U.S.GAAP - Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América

USP - Universidade de São Paulo

VM - Valor de Mercado

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentam-se a contextualização, o tema, o problema e os objetivos norteadores da pesquisa. Em seguida, destacam-se a justificativa e a delimitação do estudo. Por fim, descreve-se a estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A relevância dos Ativos Intangíveis (AIs) tem crescido nas últimas décadas devido à materialidade desses recursos na composição do patrimônio das organizações. Com o desenvolvimento das telecomunicações e da informática, além da internacionalização dos negócios, tornou os Ativos Intangíveis como os novos propulsores do ambiente econômico.

Diante dessa nova realidade, diversos pesquisadores, como Sveiby (1998), Reilly e Schweihs (1998), Edvinsson e Malone (1998), Stewart (1998), Lev (2001), Martins (1972), Antunes (2000), Sá (2000) e Perez e Famá (2006a), observam que a geração de valor aos negócios está cada vez mais relacionada aos Ativos Intangíveis.

Para Lev (2001), os Ativos Intangíveis são os principais responsáveis pela geração da mais valia nas organizações, pois representam os mais importantes formadores de valor na atualidade. Assim, as empresas deparam-se com a necessidade de investimentos em Ativos Intangíveis, os quais proporcionam a manutenção de vantagens competitivas, desenvolvendo novas tecnologias e diferenciação comercial no ambiente econômico.

Os Ativos Intangíveis são únicos, e suas características podem permitir a diferenciação entre as empresas e a obtenção de vantagens competitivas (PEREZ; FAMÁ, 2006b). Antunes (2000) cita alguns fatores responsáveis pela relevância desses recursos nas organizações: criação de novos serviços; mudança no conceito de espaço físico e de mercado; valorização da marca; *merchandising* de intangíveis, desenvolvimento de patentes de tecnologia.

Com o crescimento da participação dos Ativos Intangíveis na composição do patrimônio das empresas, percebe-se um *gap* entre o valor econômico e o valor contábil. De acordo com Lev (2001), o índice valor de mercado/valor contábil (*Market-to-book ratio*) das empresas

listadas na S&P 500 subiu de 1, no início da década de 1980, para 6, no ano de 2001.

Diante desse desafio, a Contabilidade busca mecanismos que deem suporte à análise real do patrimônio das entidades. Nesse sentido, Iudícibus (2006, p. 25) ressalta que o objetivo básico da Contabilidade é o “fornecimento de informações econômicas para os usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Assim, “a contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produtividade” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 29).

Por isso, a informação contábil deve ser útil, precisa e relevante para seus diversos usuários, de modo a permitir uma análise do desempenho organizacional e inferências sobre o futuro da entidade.

No que tange à informação contábil relacionada aos Ativos Intangíveis, destaca-se que, nos últimos anos, houve um progresso no reconhecimento e na evidenciação desses ativos. No contexto internacional, a partir da década de 1990, vem ocorrendo uma harmonização das práticas contábeis relacionadas aos AIs em diversos países. Primeiro, ressalta-se a importância do *International Accounting Standards Board (IASB)* como órgão responsável pela condução dessa convergência. O *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, por sua vez, alinha as práticas contábeis norte-americanas às Normas Internacionais propostas pelo *IASB*.

No âmbito nacional, o marco inicial para a convergência internacional foi o ano de 2005, com a publicação dos normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC é o órgão responsável pela condução da normatização contábil brasileira em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade propostas pelo *IASB*.

No entanto, observa-se que a Contabilidade em ambos os contextos reconhece somente os Ativos Intangíveis mensurados pelo custo de aquisição ou construção, de acordo com o princípio contábil do custo como base de valor.

Desse modo, os Ativos Intangíveis continuam sendo um grande desafio para a Contabilidade, pois o seu valor de mercado pode ser muito superior ao valor contábil. Por isso, aspectos que envolvem o reconhecimento, mensuração e evidenciação desses ativos ainda geram muitas controvérsias.

1.2 TEMA E PROBLEMA

Diante das novas regulamentações sobre os Ativos Intangíveis, a Contabilidade busca minimizar os efeitos causados pela ausência de um tratamento contábil mais específico. Para Perez e Fama (2006a, p. 23), “a contabilidade precisa direcionar esforços no sentido de registrar esses ativos estratégicos e desenvolver uma forma de evidenciá-los, readequando, se necessário, seus princípios, convenções, normas e práticas”.

Para corroborar, Schmidt e Santos (2002, p. 178) reforçam que

a contabilidade deve acompanhar a evolução da sociedade, dentro dessa nova realidade, fornecendo informações que auxiliem a mensuração do patrimônio tangível e intangível das entidades e, conseqüentemente, reflitam o valor real das mesmas [...].

Dessa forma, um dos mecanismos contábeis que procura dar suporte à compreensão do distanciamento entre o valor patrimonial e o valor de mercado é a evidenciação contábil.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), a evidenciação contábil significa a veiculação da informação financeira a respeito de uma empresa. Por isso, evidenciar consiste em divulgar, de modo transparente e relevante, as informações econômico-financeiras referentes à gestão e ao desempenho organizacional para investidores, acionistas, fornecedores, credores, governo e demais usuários.

Assim, a evidenciação contábil de Ativos Intangíveis nas demonstrações contábeis é de extrema importância para identificação das expectativas de resultados futuros, bem como os riscos e as incertezas de realização dos benefícios econômicos que envolvem esses ativos.

Diante da realidade apresentada, emerge a pergunta de pesquisa que orienta este trabalho: *Quais são as informações evidenciadas sobre os Ativos Intangíveis pelas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa nos anos de 2006, 2007 e 2008?*

1.3 OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as informações sobre os Ativos Intangíveis evidenciadas nas demonstrações contábeis Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas das empresas brasileiras pertencentes ao Ibovespa em 2006, 2007 e 2008.

1.3.2 Objetivos específicos

Para responder ao objetivo geral são estipulados os seguintes objetivos específicos:

- 1) verificar as práticas contábeis referentes aos Ativos Intangíveis;
- 2) identificar os tipos de Ativos Intangíveis evidenciados;
- 3) identificar o grau de aderência em relação à divulgação dos itens comuns às normas contábeis nacionais e internacionais no que tange aos Ativos Intangíveis;
- 4) identificar a representatividade dos tipos de Ativos Intangíveis evidenciados;
- 5) identificar a participação dos Ativos Intangíveis em relação ao ativo patrimonial total; e
- 6) analisar a relação entre os Ativos Intangíveis e variáveis financeiras.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Este estudo justifica-se pela importância do tema no cenário presente, pois atualmente os fatores competitividade, globalização, tecnologia da informação e telecomunicações, entre outros, são determinantes para o sucesso das organizações. Salienta-se que tais fatores estão cada vez mais relacionados aos Ativos Intangíveis, uma vez que se pode desenvolver um diferencial competitivo por meio desse tipo de ativo.

Segundo Kayo *et al.* (2006, p. 76), os Ativos Intangíveis “são importantes fatores de diferenciação e, dessa forma, contribuem sobremaneira para a obtenção de importantes vantagens competitivas”.

As organizações anteriormente estavam focadas em administrar somente seus recursos tangíveis. Atualmente os recursos intangíveis sobressaem-se na gestão dos negócios, pois podem propiciar melhores oportunidades e maior geração de riquezas para as empresas.

Dessa forma, o valor real das companhias negociadas recentemente teve o seu valor de aquisição superior ao valor demonstrado nos relatórios contábeis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; LEV, 2001; SCHMIDT; SANTOS, 2002). Observa-se que tal realidade pode ser atribuída em parte aos Ativos Intangíveis, pois eles são primordiais na criação de valor às operações. Portanto, sua evidenciação contábil se faz necessária para uma melhor compreensão das informações empresariais.

Sendo assim, Schmidt *et al.* (2005, p. 1) observam que,

tendo em vista a crescente expressividade dos ativos intangíveis na composição do patrimônio das entidades, e a conseqüente necessidade de informar adequadamente acionistas, credores, sociedade e demais usuários das informações contábeis, é imprescindível que as empresas evidenciem, nas suas demonstrações financeiras, os ativos intangíveis.

Assim, percebe-se que o papel da Contabilidade é prover informações para atender às expectativas de seus usuários, auxiliando-os na tomada de decisão. Diante disso, este estudo busca contribuir com a consolidação do entendimento teórico sobre os Ativos Intangíveis. Destaca-se que ainda que esta temática causa muitas discussões, o que reforça o caráter de relevância desta temática na consolidação dos entendimentos e das práticas contábeis.

Quanto à contribuição social, este estudo auxilia os usuários da informação contábil na compreensão dos novos regulamentos referentes aos AIs, além de permitir uma análise empírica sobre a evidenciação contábil de AIs nas principais companhias brasileiras.

Em relação aos resultados empíricos, este estudo corrobora, no sentido de demonstrar a aderência às novas normas contábeis, a identificação dos principais tipos de AIs e estimação do seu relacionamento com variáveis financeiras direcionadoras de valor. Salienta-se que pesquisas empíricas sobre evidenciação contábil de Ativos Intangíveis ainda são pouco exploradas.

Por isso, justifica-se a importância deste estudo, pois apresenta um panorama sobre a evidenciação contábil de Ativos Intangíveis nas principais empresas brasileiras com maior volume de negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), no período de implementação das novas práticas contábeis no Brasil.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa delimita-se ao estudo de Ativos Intangíveis sob a ótica da Contabilidade Financeira. Essa perspectiva aborda os Ativos Intangíveis identificáveis e reconhecidos pelos princípios contábeis e regulamentos emitidos pelos agentes competentes.

Este trabalho caracteriza-se por um estudo longitudinal a partir de 2006. A escolha do marco inicial ocorreu devido à publicação das deliberações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que tratam da evidenciação contábil de Ativos Intangíveis. Sendo assim, tem-se a Deliberação CVM n. 285/95 que cria o subgrupo intangível nas demonstrações contábeis e a Deliberação CVM n. 496/06 que prorroga para 2006 o início da vigência da deliberação anterior.

Este estudo investiga as empresas brasileiras que compõem a carteira teórica do Índice Bovespa entre 2006 a 2008. A carteira teórica desse índice é composta pelas ações mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. As empresas selecionadas compõem a carteira teórica do Índice Bovespa no período base de jan./abr. 2009.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: 1 – Introdução; 2 – Fundamentação teórica; 3 – Metodologia da pesquisa; 4 – Apresentação e análise dos resultados; e 5 – Conclusões e recomendações para futuras pesquisas.

No primeiro capítulo apresentam-se a contextualização, o tema e problema, os objetivos, a justificativa e a relevância do estudo, a delimitação da pesquisa e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo descreve-se a fundamentação teórica que dá suporte ao estudo. Destacam-se a definição, as características e os principais tipos de Ativos Intangíveis. Na sequência, apresentam-se o marco regulatório internacional e o nacional e a evidenciação contábil de Ativos Intangíveis. Por fim, expõem-se as pesquisas empíricas sobre o tema.

No terceiro capítulo demonstra-se a metodologia para consecução do estudo. Apresentam-se o enquadramento metodológico, os procedimentos para revisão da literatura, a população e a amostra e os procedimentos para coleta e análise dos dados. Por último, apontam-se as limitações da pesquisa.

No quarto capítulo descrevem-se a apresentação e a análise dos resultados. Em relação aos Ativos Intangíveis, destacam-se as práticas contábeis, os tipos evidenciados, o grau de aderência em relação à divulgação dos itens comuns às normas contábeis nacionais e internacionais, a representatividade, a participação em relação ao ativo patrimonial total e a relação entre os Ativos Intangíveis e variáveis financeiras.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões da pesquisa e as recomendações para futuros estudos com base nos achados e nas limitações da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, descrevem-se os aspectos relacionados aos AIs, no que tange à definição, às características estratégicas e aos principais tipos. Na sequência, apresentam-se as normas de contabilização e evidenciação. Por fim, destacam-se estudos empíricos anteriores sobre a evidenciação contábil desses ativos.

2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

2.1.1 Definição

Martins (1972, p. 30) conceitua ativo como sendo “o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”. Para corroborar com esse conceito, Stickney e Weil (2001) destacam que um ativo é um recurso cujo direito pode fornecer benefícios econômicos futuros, com a capacidade de gerar entradas ou reduzir saídas de caixa.

Os ativos podem ser classificados como de natureza tangível e intangível. Observa-se que o termo tangível é oriundo do latim *tangere*, que significa tocar. Portanto, o termo intangível denota uma característica de imaterialidade do ativo.

Assim, o Ativo Intangível, segundo Hendriksen e Van Breda (1999), é definido como um ativo permanente sem existência física, proveniente da aquisição de direitos ou serviços. Kohler (*apud* IUDÍCIBUS, 2006, p. 225) acrescenta a essa definição que o valor ativo intangível “é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário”.

Desse modo, percebe-se que os Ativos Intangíveis possuem as mesmas características dos demais ativos. Para tanto, devem ser mensuráveis, relevantes e precisos. Adicionalmente, Hendriksen e Van Breda (1999) destacam outras características diferenciadoras dos intangíveis: (i) não são separáveis do valor da empresa (criticado por Most); (ii) apresentam um alto grau de incerteza em relação ao valor dos benefícios futuros; e (iii) possuem a impossibilidade de determinação de valor pela condição física.

A característica mais importante dos Ativos Intangíveis, segundo Lev (2001), é o alto grau de incerteza quanto ao seu benefício econômico futuro. No entanto, Reilly e Schweih (1998) ressaltam que,

mesmo sem a existência física e com esse alto grau de incerteza, os Ativos Intangíveis devem possuir um respaldo tangível para dar suporte ao seu reconhecimento e propriedade.

Uma síntese de reflexões sobre a definição de Ativos Intangíveis é apresentada por Reina *et al.* (2009) conforme descrito no Quadro 1.

Definição	É um ativo sem substância física que gerará fluxos de caixa futuros, detido para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para finalidades administrativas.
Elementos	<i>Know-how</i> , habilidades administrativas, marcas, patentes, ágio (mais valia por rentabilidade futura), <i>Goodwill</i> .
Origem	Origina-se do conhecimento, práticas e atividades administrativas desenvolvidas pela organização.
Finalidade	Geração de vantagem competitiva, agregação de valor aos produtos e serviços e geração de riquezas para as companhias.

Quadro 1 - Sintetização das correntes de pensamentos dos Ativos Intangíveis

Fonte: Reina *et al.* (2009, p. 4).

Logo, são exemplos de intangíveis os seguintes ativos: marcas, patentes, franquias, concessões/licenças, direitos autorais, direitos de exploração, *softwares*, carteira de clientes, pesquisa e desenvolvimento, matrizes de gravação, segredos comerciais, obras de arte, fundo de comércio, *Goodwill*, capital intelectual, entre outros.

Assim, verifica-se que os Ativos Intangíveis são bens sem substância física, que oferecem ao seu proprietário expectativa de benefício econômico futuro. Eles representam condições estratégicas de diferenciação no mercado, agregação de valor a produtos ou serviços e proporcionam vantagens competitivas.

Na próxima seção, apresentam-se as características estratégicas dos Ativos Intangíveis.

2.1.2 Características estratégicas

A partir da definição do Ativo Intangível, verifica-se que a sua origem provém de um conjunto de conhecimentos, práticas

organizacionais e inovação. Com isso, a sociedade atual vem provocando profundas mudanças na estrutura organizacional, realçando a importância desses ativos, elevando-os à condição de ativo estratégico e diferenciador, responsável pela geração e manutenção de vantagens competitivas (PEREZ; FAMÁ, 2006b).

Diferente dos Ativos Tangíveis, uma de suas principais características estratégicas é a singularidade, uma vez que “os torna ativos únicos, difíceis de adquirir, de desenvolver e até mesmo de copiar; além disto, alguns podem ser até protegidos legalmente” (PEREZ; FAMÁ, 2006b, p. 84).

Sob a ótica econômica, os Ativos Intangíveis apresentam outras duas características importantes: a não rivalidade e a capacidade de escala. A não rivalidade refere-se à possibilidade de serem utilizados simultaneamente em diversas formas diferentes. A capacidade de escala de uso desses ativos é limitada somente pelo tamanho do mercado (LEV, 2001).

Schnorrenberger (2004) acrescenta mais outra característica estratégica aos Ativos Intangíveis que está relacionada à inexistência de exaustão desses bens, uma vez que os bens tangíveis se desgastam pelo uso, enquanto os intangíveis aumentam de valor.

A união de todas essas características estratégicas faz do Ativo Intangível um elemento de grande relevância para as empresas. Portanto, o modo de gerenciá-lo ainda é um desafio para a sociedade atual, principalmente pela manutenção de vantagens competitivas.

Contudo, os fatores conhecimento, tecnologia da informação, telecomunicações, *softwares* e a integração dos mercados são as bases da economia contemporânea, sendo considerados os propulsores para a formação de intangíveis.

Assim, Martins (1972, p. 59) adiciona outros fatores geradores de intangíveis: “*know-how*, propaganda eficiente, localização geográfica, habilidade administrativa fora dos padrões comuns, treinamento eficiente dos empregados, relações públicas favoráveis, legislação favorável e condições monopolísticas”. Sá (2000) inclui nessa lista o ponto comercial, imagem institucional, nome da empresa, acordos comerciais, tradição, cultura, criatividade, entre outros.

Uma vez percebida a importância estratégica dos Ativos Intangíveis, alguns autores investigaram a relevância desses ativos para a geração de valor aos negócios. O Quadro 2 destaca os resultados:

Autores	Relevância estratégica dos AIs
Azevedo e Gutierrez (2009)	Verificaram que os gastos em pesquisa e desenvolvimento possuem relação positiva com o crescimento de longo prazo das empresas e encontraram evidências de que esses investimentos proporcionam o crescimento dos lucros.
Martin <i>et al.</i> (2003); Kayo, Teh, Basso (2006)	Constataram que a quantidade de patentes reduz o nível de endividamento das empresas.
Crisóstomo e González (2005)	Encontraram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o valor de mercado das empresas.
Perez e Famá (2006a)	Concluíram que os Ativos Intangíveis são relevantes no desempenho econômico da empresa. Seus resultados indicaram que as empresas com maior parcela de Ativos Intangíveis geraram mais valor para os seus acionistas.
Perez e Famá (2006b)	Constataram que as empresas que direcionam uma parcela maior de seus recursos para investimentos em Ativos Intangíveis estão obtendo melhores resultados econômicos.

Quadro 2 - Pesquisas sobre a inter-relação de Ativos Intangíveis e a geração de valor

Pode-se observar que as pesquisas comprovam a influência dos AIs no cenário econômico atual e salientam que os investimentos nesses recursos adicionam valor às operações. Além disso, verifica-se que a grande valorização das empresas nos últimos anos está associada ao fato de que grande parcela de seus ativos são intangíveis valiosos, raros, inimitáveis, insubstituíveis, que proporcionam retornos acima da média e, assim, criam e sustentam o valor econômico da organização (KAYO *et al.*, 2006).

Após apresentar as características estratégicas, destacam-se, na sequência, os principais tipos de Ativos Intangíveis reconhecidos pela Contabilidade Financeira.

2.1.3 Tipos de Ativos Intangíveis

Com base nas características estratégicas dos AIs, muitos deles apresentam critérios contratuais ou legais de proteção e de separabilidade. O Quadro 3 revela alguns intangíveis de acordo com esses critérios:

Contratual ou legal	Separabilidade
a) marcas e nome de produtos	a) carteira contratual de clientes
b) contratos de relacionamento com clientes	b) relação de clientes
c) ativos Intangíveis relacionados à arte, a trabalhos literários e musicais;	c) tecnologia não patenteada
d) direitos contratuais (licenças, concessões, franquias e de reprodução ou transmissão)	d) base de dados
e) segredos comerciais (fórmulas e processos)	

Quadro 3 - Critérios contratuais e de separabilidade dos Ativos Intangíveis

Fonte: Adaptado de Schmidt e Santos (2002).

Desse modo, percebe-se que os Ativos Intangíveis, quando passíveis de identificação, devem ser reconhecidos individualmente, pois há a possibilidade de serem comprados, vendidos, trocados ou alugados. Assim, esses ativos são considerados de natureza identificável.

O *Goodwill* possui a característica de um Ativo Intangível não identificável, porque não pode ser segregado do valor da empresa em sua totalidade. No entanto, torna-se perceptível quando a empresa é vendida, sendo o seu valor reconhecido e registrado pela empresa compradora.

Uma vez apresentados os critérios de reconhecimento, destacam-se a seguir os principais tipos de Ativos Intangíveis identificáveis e reconhecidos pela Contabilidade Financeira.

2.1.3.1 Marca

Aaker (1998, p. 7) define marca como “um nome diferenciado e/ou símbolo (tal como logotipo, marca registrada ou desenho de embalagem) destinado a identificar os bens ou serviços de um vendedor ou de um grupo de vendedores e a diferenciar esses bens e serviços daqueles concorrentes”.

Esse ativo possibilita o aumento das vendas, a conquista de novos clientes e a transmissão de valores como confiança, qualidade, imagem e inovação. Nesse sentido, Tavares (1998, p. 21) observa que a marca tem “a função de identificar a promessa de benefícios, associada a bens e serviços, que aumenta o valor de um produto além de seu propósito funcional, tendo uma vantagem diferencial sustentável”.

A marca possui registro comercial, o qual assegura ao seu detentor o direito de perpetuar seu uso. Os gastos com esses registros são capitalizáveis, no entanto não refletem o valor real desse ativo.

O prazo de uso da marca é de 10 anos com renovação, contados a partir da data de concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos (Lei n. 9.279/96).

2.1.3.2 Patente

A patente é um direito fornecido pelo Estado que visa à proteção de invenções novas e originais ou melhorias de produtos passíveis de industrialização. Segundo Kayo, Teh e Basso (2006, p. 162), “a patente proporciona à empresa detentora um monopólio temporário na exploração do respectivo produto durante o período de concessão”.

Dessa forma, a detenção de uma patente pode impedir ou restringir o acesso de empresas concorrentes às tecnologias industriais desenvolvidas, proporcionando uma vantagem competitiva adicional referente às técnicas produtivas mais eficientes (SANTOS *et al.*, 2005).

O detentor da patente (inventor) pode ceder a terceiros o direito de exploração comercial, mediante o recebimento de *royalties*.

O prazo de concessão da patente de invenção é de 20 anos; a de modelo de utilidade é de 15 anos; e a de desenho industrial é de 10 anos; todos são contados a partir da data de depósito (Lei n. 9.279/96).

2.1.3.3 Direito Contratual

Os direitos contratuais caracterizam-se pela autorização de exploração econômica de bens, serviços e recursos naturais ou públicos.

Assim, identificam-se as licenças comerciais, as concessões públicas, as franquias e os direitos de reprodução (*copyright*).

Esses direitos são registrados mediante um contrato entre as partes interessadas, que estabelecem os direitos e deveres envolvidos na operação. Nesses contratos são definidos: o prazo do direito de uso, a remuneração do proprietário (*royalties*), a exclusividade inicial para renovação, multas por desacordo contratual, taxas de serviços, entre outras obrigações.

2.1.3.4 Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se à aplicação de capitais com o objetivo de gerar novos produtos, aperfeiçoar antigos, ou reduzir custos operacionais (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Dessa forma, espera-se que tais gastos gerem benefícios econômicos futuros por mais de um período.

Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam ainda que esses gastos, quando não forem passíveis de geração de benefícios futuros, devem ser imediatamente reconhecidos como despesa.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento estão estreitamente relacionados ao aspecto de inovação, pois se constituem como uma inegável fonte de vantagem competitiva no ambiente contemporâneo (WERNKE; BORNIA, 2001).

São exemplos de gastos com pesquisa e desenvolvimentos: salários e encargos dos pesquisadores, despesas oriundas dos projetos de pesquisa, depreciação dos bens utilizados no processo de pesquisa, gastos nas elaborações de testes e protótipos, entre outros.

2.1.3.5 *Software* (Sistemas Computacionais)

Os *softwares* são os componentes lógicos ou aplicativos existentes nos computadores que realizam as tarefas programadas pelos usuários. De acordo com Laudon e Laudon (1999, p. 6), o *software* consiste em “instruções pré-programadas que coordenam o trabalho dos componentes do *hardware* para que executem os processos exigidos por cada sistema de informação”.

Segundo Oliveira, Perez Jr. e Silva (2002), os *softwares* fornecem a base para a tomada de decisões, suprindo as mais diversas necessidades dos gestores. A qualidade dos dados gerados por esses sistemas deve garantir a confiabilidade, a tempestividade e a

periodicidade das informações, e ainda otimizar as rotinas de controle e gerenciamento.

Portanto, os sistemas computacionais são responsáveis pela coleta, processamento, armazenamento e apresentação das informações. De modo geral, permitem a melhoria dos procedimentos administrativos, redução de custos, agilidade e qualidade no uso das informações.

2.1.3.6 Fundo de Comércio

Santos *et al.* (2007) destacam que o termo fundo de comércio é utilizado indevidamente no Brasil com sinônimo de *Goodwill*. Dessa forma, ressaltam que o conceito de fundo de comércio é mais abrangente, pois inclui a soma de Ativos Tangíveis e Intangíveis para a determinação do seu valor.

O fundo de comércio representa uma soma de fatores intangíveis, tais como: “nome e tradição da empresa no mercado, imagem e qualidade de seus produtos, clientela já formada, qualidade e treinamento de seus funcionários, processos técnicos de fabricação, etc.” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 172).

Logo, o fundo de comércio caracteriza-se por uma parcela de recursos intangíveis que só podem ser reconhecidos pela Contabilidade nas operações de aquisição de negócios, sendo associado principalmente ao ponto comercial do estabelecimento.

2.1.3.7 *Goodwill* (Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura)

O *Goodwill* é um agregado de benefícios econômicos futuros, proveniente de um conjunto de intangíveis não identificáveis no processo de aquisição, para os quais objetivamente não é possível proceder-se a uma contabilização em separado (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; IUDÍCIBUS, 2006; IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2008).

Desse modo, ele é resultante da diferença entre o valor pago e o valor líquido dos ativos nas operações de aquisições, e visa refletir uma expectativa de lucros futuros com base no valor patrimonial das empresas (RITTA; VICENTE, 2009).

Por sua vez, Hendriksen e Van Breda (1999) observam que o *Goodwill* é reconhecido como uma conta residual ou de fechamento, que representa vantagens que não são especificamente identificáveis. Ele difere dos demais Ativos Intangíveis, pois não é separável do negócio,

não permite usos alternativos e não há certeza quanto aos seus benefícios.

Nessa perspectiva, Martins (1972, p. 59) elucida que o *Goodwill* engloba fatores estratégicos, que são determinantes para que uma entidade tenha lucros futuros: “*know-how*, propaganda eficiente, localização geográfica, habilidade administrativa fora dos padrões comuns, treinamento eficiente dos empregados, relações públicas favoráveis, legislação favorável e condições monopolísticas”.

Para corroborar, Monobe (1986, p. 53) acrescenta a essa lista outros fatores como: “eficiência da administração [...], processos industriais, propaganda e publicidade eficientes, localização estratégica, condições tributárias favoráveis, boas relações trabalhistas, conexões financeiras privilegiadas, adequados treinamentos para empregados e boas relações com a comunidade”.

O *Goodwill* somente é reconhecido pela Contabilidade nas operações de aquisições totais ou parciais de empresas, sendo esse investimento registrado na empresa compradora.

Na próxima seção, destaca-se o marco regulatório contábil dos Ativos Intangíveis no contexto internacional e nacional.

2.2 NORMAS DE CONTABILIZAÇÃO E DE EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

2.2.1 Normas internacionais e norte-americanas

As Normas Internacionais de Contabilidade consideradas neste estudo são as emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. No cenário norte-americano tem-se o *Financial Accounting Standards Board (FASB)* como órgão regulador.

O *IASB* é o órgão responsável pela harmonização e normatização dos padrões de Contabilidade em mais de 140 países. Dentre eles estão as principais economias mundiais: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Japão, Inglaterra e Austrália.

Para o *IASB* o Ativo Intangível é definido como um ativo monetário identificável sem corpo físico, que é controlado pela empresa como resultado de eventos passados e do qual são esperados benefícios econômicos futuros.

Segundo o *IAS 38*, três atributos são necessários para o reconhecimento do Ativo Intangível: “a) identificabilidade; b) controle

(poder de obter benefícios do ativo); e c) benefícios econômicos futuros (tais como renda ou custos futuros reduzidos)”.

Destacam-se como as principais normas emanadas por este órgão, que se referem aos Ativos Intangíveis: *IAS 22 – Accounting for Business Combination*, em 1983; *IAS 36 – Impairment of Assets*, em 1998, e *IAS 38 – Intangible Assets*, em 1998.

O pronunciamento *IAS 22* trata da aquisição de investimentos. Segundo esse pronunciamento, o valor do excesso entre o custo de aquisição do investimento e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos deve ser considerado e registrado como *Goodwill*.

Segundo Santos e Schmidt (2002, p. 90), o valor justo pode ser definido como “o valor pelo qual o ativo ou passivo pode ser trocado, existindo um conhecimento amplo e disposição por parte dos envolvidos no negócio, em uma transação sem favorecimentos”.

O pronunciamento *IAS 36* trata da avaliação ao valor recuperável de ativos. Esse pronunciamento determina que os Ativos Tangíveis e Intangíveis devem ser avaliados periodicamente para verificação do seu valor recuperável (*impairment test*). Seu objetivo é assegurar que os valores reconhecidos no balanço patrimonial estejam a valor justo.

De acordo com o *IAS 36*, o *impairment test* consiste na comparação entre o valor justo do ativo e o seu valor contábil. Caso o valor contábil exceder o valor justo, a perda por *impairment* é reconhecida como despesa para ajuste do valor em excesso. Segundo Stickney e Weil (2001), o *impairment* é o reconhecimento da perda do valor econômico do ativo.

O pronunciamento *IAS 38* dispõe sobre a contabilização de Ativos Intangíveis. Segundo esse pronunciamento, o Ativo Intangível deve ser reconhecido pelo seu custo, com base no preço de compra além de impostos ou outras despesas identificadas para colocá-lo em condições de uso. O *IAS 38* ressalta que o *Goodwill* gerado internamente não pode ser reconhecido como ativo.

No que tange à evidenciação dos Ativos Intangíveis, o *IASB (IAS 38)* estabelece as seguintes informações a divulgar: a) a vida útil ou a porcentagem de amortização utilizada; b) o método de amortização utilizado; c) o montante contábil bruto; d) a amortização acumulada e perdas por *impairment*; e) identificação na DRE referente à amortização reconhecida; f) reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período.

Com relação às normas norte-americanas, em 2001 ocorreu a convergência do tratamento contábil de Ativos Intangíveis. O *FASB*

alinha-se com as normas propostas pelo IASB e delibera novas práticas contábeis com os seguintes pronunciamentos: SFAS 141 – *Business Combination*, SFAS 142 – *Goodwill and Other Intangible Assets* e SFAS 144 – *Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*.

O FASB determina, por meio do pronunciamento SFAS 141, que os Ativos Intangíveis adquiridos nas combinações de negócios que puderem ser identificados devem ser registrados individualmente, ou seja, separados do *Goodwill*. Além disso, estabelece que todas as operações de combinação de negócios devem ser avaliadas pelo método de compra.

Em seguida, o FASB reconhece que alguns Ativos Intangíveis não perdem o seu valor ao longo do tempo, portanto, uma amortização arbitrária é equivocada. Por isso estipula, por meio do SFAS 142, que os Ativos Intangíveis com vida indeterminada, principalmente o *Goodwill*, não sofrerão mais amortização sistemática, e sim uma avaliação por *impairment test* para verificação do seu valor recuperável, anualmente.

Para Sevin, Schroeder e Bhamornsiri (2007), o SFAS 142 exige maior transparência na divulgação das informações financeiras relacionadas aos intangíveis, principalmente na evidenciação da perda do valor econômico e na explicação dos motivos que levaram a essa perda de valor.

Segundo Bini e Bella (2007), com esse pronunciamento, o FASB estabelece duas fases para o *impairment test*. Na primeira fase os ativos são comparados com o valor justo, e, se houver evidências de perda econômica, deverão ser avaliados por *impairment*, caso contrário não há necessidade. Na segunda fase é mensurado o valor da perda. Assim, essas etapas evitam custos desnecessários para a realização do *impairment test* pelas empresas.

O pronunciamento SFAS 144 revoga o SFAS 121 e determina que o *impairment test* deve ser realizado sempre que houver evidências de que o valor contábil não será recuperável. E salienta que, uma vez reconhecida a perda por *impairment*, não haverá a possibilidade de reversão.

De modo geral, destaca-se que, no contexto internacional, os Ativos Intangíveis são abordados em três categorias: *Goodwill*, Pesquisa e Desenvolvimento e Outros Ativos Intangíveis (STOLOWY; CAZAVAN, 2001). Primeiro, o *Goodwill* é reconhecido por meio de aquisição de negócios. Ele não é amortizado, mas deve ser analisado por *impairment test*. Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento não são capitalizáveis e devem ser reconhecidos diretamente no resultado. No entanto, algumas exceções podem ser permitidas, desde que

comprovadas especificamente. A categoria Outros Ativos Intangíveis são os AIs que possuem base contratual ou legal. Eles são capitalizáveis e amortizados de acordo com a vida útil ou prazo contratual. Caso esses ativos tenham vida útil indeterminada, devem ser avaliados por meio do *impairment test*, periodicamente.

2.2.2 Normas nacionais

Nas normas brasileiras, os Ativos Intangíveis, primeiro, eram reconhecidos em diversas contas do grupo do ativo permanente (investimentos, imobilizado e diferido) conforme preconizava a Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A partir de 2005, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Deliberação n. 488, que modificou a estrutura de apresentação das demonstrações contábeis e criou o subgrupo intangível no ativo permanente.

Essa deliberação tem por objetivo a aprovação da NPC n. 27 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), que dispõe sobre a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. A CVM, ao adotar esse pronunciamento, reconhece o subgrupo intangível no ativo permanente nas companhias de capital aberto e, por meio da Deliberação n. 496, de 3 de janeiro de 2006, prorroga a entrada em vigor dessa alteração para o ano de 2006.

Com o advento da Lei n. 11.638, em 28 de dezembro 2007, as normas brasileiras iniciam a convergência com as normas internacionais de Contabilidade. No que diz respeito aos Ativos Intangíveis, a referida Lei ratifica os pronunciamentos do IBRACON e da CVM, e estende as alterações para os demais tipos de sociedades.

Segundo a Lei n. 11.638/07, o subgrupo intangível destina-se ao registro a valor de custo de aquisição ou de construção dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia.

Dessa forma, compõem o custo de aquisição dos Ativos Intangíveis os gastos incorridos na aquisição de tal direito e, adicionalmente, integram também os valores dos gastos efetuados até o momento em que o bem esteja em condições de uso (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2008).

A referida Lei estabelece que o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) deve ser registrado no subgrupo intangível. Observa-se que, anteriormente, o ágio era registrado no subgrupo investimentos quando proveniente de aquisição de empresas

conforme Instrução CVM n. 285/98, ou no subgrupo diferido, quando oriundo de operações de incorporação de investimentos conforme Instrução CVM n. 319/99.

Em 2005, ocorreu a formação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Esse órgão tem como um dos objetivos centrais de trabalho a harmonização das normas brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade do *IASB*.

Com relação aos Ativos Intangíveis, o CPC emitiu os pronunciamentos CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos em 2007 e CPC 04 - Ativos Intangíveis em 2008.

Esses dois pronunciamentos estão correlacionados com as normas internacionais *IAS 36* e *IAS 38* e foram aprovados pela CVM por meio das Deliberações n. 527 de 1º de novembro de 2007 e n. 553 de 12 de novembro de 2008 e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções n. 1.110, de 29 de novembro de 2007, e n. 1.139, de 21 de novembro de 2008.

Dentre as novas práticas contábeis relativas aos AIs no contexto brasileiro, destaca-se extinção da amortização arbitrária do ágio (por expectativa de rentabilidade futura), que anteriormente era por um período máximo de 10 anos, conforme estabelecia a Instrução CVM n. 247/96. Desse modo, os Ativos Intangíveis com vida útil indeterminada devem ser avaliados ao seu valor recuperável, em consonância com as normas internacionais. Para os demais AIs com vida útil definida, a perda de valor é reconhecida no resultado por meio de uma amortização sistemática com base na vida útil ou prazo contratual ou estimativas de geração de benefícios.

Essas novas práticas de reconhecimento e avaliação dos AIs estão descritas no inciso VII, artigo 183 da Lei n. 6.404/76, alterado pela redação da Lei n. 11.638/2007, e salientam que os elementos classificados no subgrupo intangível do ativo permanente devem ser avaliados “pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2008, p. 47).

Adicionalmente, a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação (*Impairment Test*) dos valores registrados no intangível, a fim de que sejam (i) registradas as perdas de valor do capital aplicado; ou (ii) revisados e ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da amortização (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2008, p. 49).

Com a aprovação da Lei n. 11.941, em 27 de maio de 2009, anteriormente estabelecida como Medida Provisória 449/08, ocorreu a

extinção do subgrupo do diferido. Desse modo, as contas de natureza incorpórea devem ser transferidas para o subgrupo intangível ou aguardar sua completa extinção no subgrupo diferido. Portanto, este subgrupo não deverá receber registro de ativos.

O Quadro 4 apresenta a evolução do marco regulatório sobre intangíveis reconhecidos pela Contabilidade no Brasil.

Ano	Tipo	Agente	N.	Regulamentos sobre Ativos Intangíveis
1976	Lei	Brasil	6.404	No grupo permanente, registram-se os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da empresa ou gastos que contribuirão para o aumento do resultado por mais de um exercício social.
1996	Inst.	CVM	247	O ágio decorrente de aquisição de investimentos com base na expectativa de resultado futuro deverá ser amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.
1998	Inst.	CVM	285	O prazo máximo para amortização do ágio com base na expectativa de resultado futuro não poderá exceder a dez anos.
1999	Inst.	CVM	319	O ágio decorrente de aquisição do controle acionário (incorporação) com base na expectativa de resultado futuro deve ser registrado no ativo diferido.
2005	NPC	IBRACON	27	Criação do subgrupo ativo intangível no balanço patrimonial, com a apresentação de exemplos de AIs adquiridos: fundo de comércio, marcas, patentes e semelhantes.
2005	Del.	CVM	488	Aprovação do Pronunciamento do IBRACON NPC n. 27 sobre as Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgação.
2006	Del.	CVM	496	Prorrogação para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006, a obrigatoriedade da adoção, pelas companhias abertas, do Pronunciamento NPC n. 27 anexo à Deliberação CVM n. 488.

Continua...

2007	Lei	Brasil	11.638	Ratificação da NPC n. 27 do IBRACON e da Del. n. 488 da CVM, no que tange à criação do subgrupo intangível. Apresentação da definição conceitual de Ativos Intangíveis, com reconhecimento contábil por meio do custo de aquisição e sujeitos a amortização. Transferência do ágio (<i>Goodwill</i>) por expectativa de rentabilidade futura para subgrupo ativo intangível.
2007	Pron.	CPC	1	Correlacionados com o IAS 36. Portanto, não haverá amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura e a obrigatoriedade de avaliação ao valor recuperável dos Ativos Intangíveis, periodicamente.
	Del.	CVM	527	
	Res.	CFC	1.110	
2008	Pron.	CPC	4	Correlacionados com o IAS 38. Apresentação da definição conceitual de Ativos Intangíveis, com reconhecimento contábil por meio do custo de aquisição e sujeitos a amortização. Transferência do ágio (<i>Goodwill</i>) por expectativa de rentabilidade futura para subgrupo ativo intangível. Obrigatoriedade da avaliação ao valor recuperável dos AIs.
	Res.	CFC	1.139	
	Del.	CVM	553	
2009	Lei	Brasil	11.941	A obrigatoriedade da revisão periódica dos valores registrados no subgrupo intangível e a eliminação do subgrupo diferido, com a opção de transferência para outros subgrupos ou permanência até a sua completa amortização.

Quadro 4 - Evolução do marco regulatório sobre intangíveis no Brasil

Verifica-se que essas mudanças consolidam a harmonização contábil no que tange aos Ativos Intangíveis. Dentre as principais mudanças destacam-se: a criação do subgrupo intangível, reconhecimento do ágio (expectativa de rentabilidade futura) como *Goodwill* e sua não amortização sistemática obrigatória, a prática do *impairment test* para os AIs com vida útil indeterminada, e os gastos com pesquisa e desenvolvimento, de modo geral, não são mais capitalizáveis.

Na próxima seção, descrevem-se as características da evidência contábil dos Ativos Intangíveis.

2.2.3 Evidenciação contábil

Evidenciação na área contábil significa divulgação de informações referentes ao patrimônio e ao desempenho das organizações. Assim, a evidenciação está diretamente relacionada com o objetivo da Contabilidade que, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 30), deve “permitir, a cada grupo principal de usuário, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras”.

Para Gonçalves e Ott (2002), a contabilidade é responsável pela divulgação das informações financeiras relacionadas à gestão das organizações. Desse modo, a evidenciação contábil deve comunicar aos seus usuários informações relevantes que contribuam com o processo decisório.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 89) corroboram informando que “o principal objetivo da evidenciação das informações financeiras é auxiliar os acionistas na tomada de decisões financeiras, bem como ajudá-los na predição de fluxos de caixa da empresa”. Iudícibus (2006, p. 123) ressalta que a evidenciação visa “garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”.

Logo, a evidenciação contábil atende a vários tipos de usuários e busca servir de auxílio na compreensão das mutações patrimoniais e serve de base para inferências sobre o desempenho organizacional.

Visto que os usuários são o foco da evidenciação contábil, o Quadro 5 apresenta os tipos de informações mais requisitadas por eles:

Usuário da informação contábil	Tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuro suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Quadro 5 - Informações mais requisitadas pelos usuários da informação contábil

Fonte: Iudícibus (2006, p. 23).

Desse modo, verificam-se os diferentes tipos de informações necessárias para o atendimento às demandas dos usuários. A Contabilidade, portanto, deve possuir instrumentos capazes de atender a essas demandas com tempestividade, confiabilidade e clareza.

Assim, destacam-se como principais instrumentos contábeis para o atendimento às necessidades dos usuários: as demonstrações contábeis, as notas explicativas, os demonstrativos suplementares, o parecer do auditor e o relatório da administração.

Logo, as notas explicativas configuram-se como uma fonte que detalha as informações contábeis, pois algumas informações não podem ser apresentadas na extensão das demonstrações contábeis, mas são de caráter fundamental para o esclarecimento da situação econômico-financeira e das práticas contábeis adotadas.

Segundo a Lei n. 6404/76, em seu artigo 176, com as alterações dadas pela Lei n. 11.941/09 no § 5º, as notas explicativas devem

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Percebe-se que a evidenciação contábil constitui-se como um mecanismo fundamental para a Contabilidade. Seu papel é de intermediação entre as organizações e os usuários da informação contábil, sendo que seu objetivo é esclarecer a situação patrimonial. Portanto, essas informações devem ser relevantes, precisas e oportunas para o sucesso na tomada de decisão.

No que concerne à evidenciação contábil de Ativos Intangíveis, o primeiro passo se deu com a Lei n. 11.638/07, que reconheceu a relevância desses ativos imateriais para as organizações e criou o subgrupo intangível para esses bens de características permanentes. Em seguida, com o advento do CPC 04 em 2008, os Ativos Intangíveis receberam um tratamento contábil mais específico.

O Quadro 6 sintetiza o tratamento contábil de Ativos Intangíveis conforme o CPC 04:

Tratamento Contábil de Ativos Intangíveis
<ul style="list-style-type: none"> a) os bens devem ser de natureza não monetária sem substância física; b) os bens devem ser identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros; c) entende-se como benefícios econômicos: as receitas de venda de produtos e serviços, redução de custos etc; d) os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos; e) os gastos subsequentes para a manutenção dos bens intangíveis devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos; f) o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo;

Continua...

- g) a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil não representa o custo dos Ativos Intangíveis controlados pela entidade;
- h) os Ativos Intangíveis devem ser avaliados periodicamente para verificação do seu valor recuperável;
- i) após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização e a perda acumulada;
- j) o ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizável, enquanto o com vida útil indefinida não deve ser amortizado;
- k) a vida útil de um ativo intangível resultante de direitos contratuais ou legais não deve exceder a vigência desses direitos;
- l) se não for possível determinar com segurança o padrão de desgaste pelo uso do ativo intangível, deve ser utilizado o método linear para amortização;
- m) a despesa de amortização de cada período deve ser reconhecida no resultado;
- n) o ativo intangível deve ser baixado por ocasião de sua alienação ou quando não há mais expectativa de benefícios econômicos futuros;
- o) divulgar os Ativos Intangíveis com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;
- p) divulgar os métodos de amortização utilizados para os Ativos Intangíveis com vida útil definida;
- q) apresentar o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- r) divulgar a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- s) apresentar a conciliação do valor contábil no início e no final do período [...].

Quadro 6 - Tratamento contábil de Ativos Intangíveis

Fonte: CPC 04 (2008).

Portanto, constata-se que o reconhecimento e evidenciação contábil dos Ativos Intangíveis nas demonstrações contábeis são fundamentais para a compreensão dos usuários da informação. Um dos principais motivos para essa situação é a relevância desses bens na composição patrimonial das organizações nos últimos anos.

Após discorrer sobre a normatização contábil e as formas de evidenciação dos AIs, apresentam-se a seguir as pesquisas empíricas sobre a evidenciação contábil desses ativos.

2.3 PESQUISAS EMPÍRICAS SOBRE A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS

No contexto nacional, foram encontrados quatro estudos empíricos considerando a evidenciação de Ativos Intangíveis nas demonstrações contábeis. Primeiro, há o estudo de Bastos, Pereira e Tostes (2006), que analisaram a evidenciação contábil do Ativo Intangível (atletas) dos clubes de futebol. Os resultados demonstram que os clubes cariocas analisados não incluem o Ativo Intangível (atletas) em nenhuma das contas patrimoniais. O clube Santos apresenta no ativo realizável em longo prazo a conta patrimonial Direitos Federativos e Passes. Os clubes europeus têm evidenciado desde 2000 o Ativo Intangível (atletas) no imobilizado, por imposição das Normas Internacionais de Contabilidade (*IASB*), em especial o *IAS 38*. Observou-se que o Ativo Intangível (atletas) possui uma participação percentual relevante em relação ao ativo patrimonial total nos seguintes clubes: Porto (41%); Benfica (31%); Manchester United (28%) e Barcelona (49%).

Galvão e Cosenza (2007) realizaram um estudo de caso na empresa Perdigão, com o objetivo de analisar a evidenciação de Ativos Intangíveis. Os resultados apontam que os ativos Marcas e Patentes não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis. Observaram que, devido à impossibilidade de reconhecer contabilmente os investimentos realizados nesses ativos, a empresa optou por apresentá-los em seu Relatório Anual. O ativo *Ágio* na aquisição de investimentos (com base em expectativa de rentabilidade futura) está evidenciado no subgrupo ativo diferido no balanço patrimonial. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento com novos produtos e/ou processos gerenciais foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício, devido à incerteza quanto à geração de benefícios futuros.

Antunes, Silva e Saiki (2009) verificaram o grau de aderência das companhias abertas brasileiras listadas na BMF&BOVESPA, no segmento do Novo Mercado, em relação às alterações introduzidas pela nova legislação quanto aos Ativos Intangíveis. O estudo foi realizado por meio da análise das demonstrações contábeis divulgadas referentes ao exercício de 2008. Os resultados obtidos mostram que, das 100 empresas estudadas, apenas três não evidenciaram o subgrupo Ativo Intangível no Balanço Patrimonial. Os Ativos Intangíveis mais frequentemente evidenciados pelas empresas foram *Softwares* e *Ágio* gerado na aquisição de investimentos com expectativa de lucro futuro.

Observaram, também, um alto nível de *disclosure* voluntário, visto que a maioria das empresas havia divulgado em 2007, seja no próprio Balanço Patrimonial ou em Notas Explicativas, informações sobre esses ativos. Adicionalmente, os resultados revelam uma dificuldade na interpretação da referida Lei, pois um percentual não desprezível (12% das empresas) classificou seus intangíveis de forma incorreta. O critério de mensuração utilizado só foi divulgado por 65% dessas empresas, sendo este o custo de aquisição.

Crisóstomo (2009) realizou uma pesquisa empírica sobre a situação atual de evidenciação de Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial em função da Deliberação CVM. n. 488/05. A pesquisa identificou que várias empresas já estão reconhecendo e evidenciando Ativos Intangíveis em seus Balanços desde 2005. Verificou também que os Ativos Intangíveis representaram em média 5,1% do Ativo Permanente das empresas pesquisadas, havendo uma grande variabilidade nesses valores que pode estar associada às características do setor de atuação.

No contexto internacional, Sevin, Schroeder e Bhamornsiri (2007) analisaram se as informações evidenciadas sobre o *Goodwill* e a sua respectiva perda por *impairment* estão em conformidade com *SFAS* 142. Os resultados revelaram que muitas empresas não estão divulgando informações adequadamente. Verificaram também que o cumprimento das disposições determinadas pelo *SFAS* 142 foi esporádico e não muito abrangente. Além disso, constataram que houve uma baixa divulgação de informações sobre os fatos e circunstâncias que deram origem à perda do valor econômico do *Goodwill*. Por fim, os autores concluem que, de modo geral, a divulgação de informações financeiras foi deficiente e com baixa aderência às disposições do *SFAS* 142.

O Quadro 7 apresenta a síntese dos estudos empíricos realizados no cenário nacional e internacional.

Autores	Título	Objetivo	Foco do estudo
Bastos; Pereira; Tostes (2006)	A evidenciação contábil do ativo intangível (atletas) dos clubes de futebol	Comparar demonstrações contábeis de alguns clubes de futebol profissional, especialmente no ativo permanente, identificando o ativo tangível e o intangível.	Os clubes de futebol analisados foram o Flamengo (RJ), Fluminense (RJ), Vasco (RJ), Santos (SP), Porto (Portugal), Benfica (Portugal), Manchester United (Inglaterra) e Barcelona (Espanha).
Galvão e Cosenza (2007)	Considerações sobre a evidenciação de Ativos Intangíveis no contexto brasileiro: estudo de caso da Perdigão S/A	Analisar como as empresas brasileiras estão evidenciando seus Ativos Intangíveis	A evidenciação dos Ativos Intangíveis por meio de um estudo de caso da empresa Perdigão, a partir das demonstrações contábeis e relatórios da administração publicados pela empresa nos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006.
Sevin, Schroeder, Bhamornsiri (2007)	<i>Transparent financial disclosure and SFAS n. 142</i>	Analisar se as empresas estão divulgando informações financeiras em conformidade com as disposições do SFAS n. 142 – <i>Goodwill and other intangible assets.</i>	A amostra foi composta por 120 empresas que evidenciaram uma perda por <i>impairment do goodwill</i> nas demonstrações contábeis do ano de 2002.
Antunes; Silva; Saiki (2009)	Evidenciação dos Ativos Intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07	Conhecer o grau de aderência das companhias abertas brasileiras listadas na BMF&BOVESPA, em relação às alterações introduzidas pela nova legislação quanto aos Ativos Intangíveis.	Os dados foram coletados junto às Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas divulgadas por essas empresas listadas na BMF&BOVESPA, no segmento Novo Mercado relativas ao exercício de 2008 e analisados por meio da metodologia de análise de conteúdo.

Continua...

Crisóstomo (2009)	Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidência adotados no Brasil e em outros países	Verificar a divulgação e a importância relativa dos Ativos Intangíveis nas situações patrimoniais em função da Deliberação CVM n. 488/05.	O período investigado foi 2005 a 2007, utilizando uma amostra de 86 empresas não financeiras registradas na BMF&BOVESPA que apresentaram valor de intangível em seus balanços ou em notas explicativas.
-------------------	--	---	---

Quadro 7 - Estudos empíricos sobre a evidência contábil de Ativos Intangíveis

Verifica-se que há poucos estudos empíricos sobre a evidência contábil dos AIs. Desse modo, o presente estudo corrobora com anteriores e se diferencia ao realizar uma análise qualitativa e quantitativa das informações evidenciadas sobre os AIs pelas principais empresas brasileiras com negociação na BM&FBOVESPA nos anos de 2006 a 2008, período este que contempla a fase de convergência entre as Normas Brasileiras e as Normas Internacionais de Contabilidade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, primeiramente, descrevem-se o enquadramento metodológico do estudo e os procedimentos para a revisão da literatura. Na sequência, apresentam-se a descrição da população e amostra e os procedimentos para coleta e análise dos dados. Por último, destacam-se as limitações da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo classifica-se como teórico-empírico de caráter descritivo. Nos estudos descritivos, tem-se por finalidade a descrição de aspectos ou comportamentos de uma determinada população no intuito de estabelecer relações entre variáveis e fatos. Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, mas não são manipulados pelo pesquisador (MARTINS, 2002; GIL, 2002; ANDRADE, 2007). Desse modo, esta pesquisa descreve as características das informações contábeis evidenciadas sobre os Ativos Intangíveis. Para realização deste estudo descritivo, realiza-se uma pesquisa documental nas empresas não financeiras pertencentes ao Índice Bovespa.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Na abordagem qualitativa, descrevem-se comportamentos ou características das variáveis ou situações. O foco de pesquisa é identificar relações, causas, significados, categorias e outros aspectos necessários para a compreensão do fenômeno. Basicamente, não se utiliza instrumental estatístico na análise do problema (MARTINS; LINTZ, 2007; VIANA, 2001; RICHARDSON, 1999). Desse modo, o presente estudo busca categorizar e analisar as informações sobre os AIs nas principais empresas brasileiras, com objetivo de descrever as características de sua evidenciação contábil.

Na abordagem quantitativa, procura-se mensurar variáveis. Esta abordagem caracteriza-se pelo uso de instrumentais estatísticos, desde os mais simples até os mais complexos, tanto para coleta como tratamento das informações (MARTINS; LINTZ, 2007; RAUPP; BEUREN, 2004; RICHARDSON, 1999). Sendo assim, este trabalho busca mensurar o relacionamento entre os AIs e variáveis financeiras, por meio da análise estatística de correlação e regressão.

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental com dados secundários, uma vez que as informações provêm das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Notas Explicativas) das empresas. A pesquisa documental tem por objetivo reunir, classificar e analisar os documentos da temática em estudo. Ela baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (MARTINS, 2002; GIL, 2002; RAUPP; BEUREN, 2004).

O tratamento dos dados é feito por meio da análise de conteúdo das demonstrações contábeis. Para Bardin (1979, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Por sua vez, Ander-Egg (1978, p. 198, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 117) ressalta que essa é “a técnica mais difundida para investigar o conteúdo das comunicações de massas, mediante a classificação, em categorias, dos elementos da comunicação”.

A lógica da pesquisa é dedutiva, pois a análise do fenômeno estudado parte de um arcabouço teórico geral existente para uma análise particular. Na lógica dedutiva, as proposições são provenientes de um arcabouço universal de acordo com teorias, leis, definições, axiomas, etc. Desse modo, o raciocínio conclusivo é descendente, pois a análise dos fenômenos ocorre do conhecimento geral para o conhecimento particular (MARTINS, 2002; DIEHL; TATIM, 2004; VIANA, 2001). Assim, este trabalho utiliza como arcabouço teórico geral as leis, normativos e produções científicas para o estudo da evidenciação contábil dos AIs em uma amostra específica.

Na seção a seguir, apresentam-se os procedimentos para a revisão da literatura.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DA LITERATURA

A busca do referencial teórico ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica nas produções científicas sobre a temática em estudo. A base para coleta dos materiais foram os periódicos nacionais e internacionais, teses, dissertações, regulamentos, livros e principais eventos nacionais da área contábil.

Os periódicos nacionais investigados compreendem os com classificação Qualis/Capes A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 da área de Administração e Ciências Contábeis. Para a coleta dos artigos internacionais, utilizou-se a base de dados *Emerald*, considerada como um dos principais portais da área de gestão. Os artigos internacionais

selecionados continham no título, resumo ou palavras-chave os termos: *intangibile (s)*, *intangibile asset (s)*, *goodwill*, SFAS 141, SFAS 142, SFAS 144, IAS 22, IAS 36 e IAS 38. A base para pesquisas das teses e dissertações foram os programas de pós-graduação em Contabilidade.

Os eventos pesquisados foram: ANPCONT, EnANPAD, EnPEQ, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade e Congresso Brasileiro de Custos.

Salienta-se que a maioria das fontes utilizadas estava disponível em meio eletrônico nos *sites* ou CD-ROM dos eventos, periódicos e universidades, salvo, por exceção, algumas obras clássicas referentes ao tema, tais como as teses de doutorado de Eliseu Martins e Massanori Monobe.

Com relação a marco regulatório, utilizou-se as Leis n. 6.404/76, n. 11.638/07 e a Medida Provisória n. 449/08, posteriormente convertida em Lei n. 11.941/09. No que tange aos agentes de regulação contábil, no Brasil considerou-se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); no contexto internacional utilizou-se o *International Accounting Standards Board (IASB)* e *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, regulador contábil dos Estados Unidos.

Na seção a seguir, apresentam-se os procedimentos para a definição da população e amostra.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa caracterizou-se pelas empresas que compõem a carteira teórica do Índice Bovespa. Segundo Martins (2002, p. 43), a população é um “conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo”.

Primeiro, identificaram-se 59 empresas na composição da carteira teórica do Ibovespa no quadrimestre jan./abr. 2009. As empresas BRADESCO, BCO DO BRASIL, UNIBANCO, ITAUBANCO e NOSSA CAIXA, pertencentes ao segmento bancário com atividades de intermediação financeira, foram excluídas do estudo, pois possuem características distintas das demais organizações.

As companhias classificadas no setor econômico Financeiro e Outros caracterizam-se como holdings e atuam nos segmentos de prestação de serviços financeiros e exploração de minérios.

As empresas CESP, USIMINAS, CYRELA REALT, ALL AMER LAT, BMFBOVESPA, GERDAU e GERDAU MET foram eliminadas por não apresentarem as demonstrações contábeis e/ou informações necessárias no *site* da BM&FBOVESPA, para o desenvolvimento do estudo no período investigado.

Dessa forma, o Quadro 8 detalha as empresas que compõem a amostra.

Código	Empresas	Setor Econômico
EMBRAER	Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	Bens Industriais
GAFISA	Gafisa S.A.	Construção e Transporte
ROSSI RESID	Rossi Residencial S.A.	
TAM S/A	TAM S.A.	
CCR RODOVIAS	Cia. de Concessões Rodoviárias	
GOL	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	
LOJAS AMERIC	Lojas Americanas S.A.	Consumo Cíclico
LOJAS RENNER	Lojas Renner S.A.	
NET	Net Serviços de Comunicação S.A.	
B2W VAREJO	B2W - Companhia Global do Varejo	Consumo não Cíclico
SOUZA CRUZ	Souza Cruz S.A.	
P.ACUCAR-CBD	Cia. Brasileira de Distribuição	
PERDIGAO S/A	Perdigão S.A.	
AMBEV	Cia. Bebidas das Américas – AmBev	
SADIA S/A	Sadia S.A.	
NATURA	Natura Cosméticos S.A.	
COSAN	Cosan S.A. Indústria e Comércio	
JBS	JBS S.A.	
ITAUSA	Itausa Investimentos Itaú S.A.	
ULTRAPAR	Ultrapar Participações S.A.	
BRADSPAR	Bradespar S.A.	
REDECARD	Redecard S.A.	

Continua...

ARACRUZ	Aracruz Celulose S.A.	Materiais Básicos
SID NACIONAL	Cia. Siderúrgica Nacional	
VALE R DOCE	Cia. Vale do Rio Doce	
BRASKEM	Braskem S.A.	
DURATEX	Duratex S.A.	
KLABIN S/A	Klabin S.A.	
V C P	Votorantim Celulose e Papel S.A.	
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
BRASIL TELECOM	Brasil Telecom S.A.	Telecomunicações
TELEMAR N L	Telemar Norte Leste S.A.	
TIM PART S/A	TIM Participações S.A.	
TELEMAR	Tele Norte Leste Participações S.A.	
TELESP	Telec. de São Paulo S.A. – Telesp	
BRASIL T PAR	Brasil Telecom Participações S.A.	
VIVO	Vivo Participações S.A.	
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	Utilidade Pública
CEMIG	Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig	
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	
ELETROPAULO	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	
COPEL	Cia. Paranaense de Energia – Copel	
SABESP	Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo	
COMGAS	Cia. de Gás de São Paulo – Comgás	
TRAN PAULIST	Cia. Transmissão Energia Elétrica Paulista – Cteep	
CPFL ENERGIA	CPFL Energia S.A.	
LIGHT S/A	Light S.A.	

Quadro 8 - Empresas pertencentes ao Ibovespa no quadrimestre jan./abr. 2009

Fonte: BM&FBOVESPA.

Assim, a amostra configura-se como não probabilística com um total de 47 empresas não financeiras pertencentes ao Índice Bovespa, representando 79,66% da população em estudo. De acordo com Colauto e Beuren (2004) e Martins (2002), nas amostras não probabilísticas a escolha dos elementos não depende de métodos de probabilidade, mas de critérios estabelecidos pelo pesquisador.

Na próxima seção, descrevem-se os procedimentos para a coleta e análise dos dados.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos para a coleta dos dados foram feitos com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFPs, disponíveis no *site* da BM&FBOVESPA em 2006, 2007 e 2008. As DFPs representam um conjunto de informações financeiras padronizadas enviadas à BM&FBOVESPA e disponíveis aos usuários da informação.

A relevância das DFPs como informativo contábil justifica-se pela possibilidade de comparabilidade das informações e, também, devido à padronização dos relatórios. Elas apresentam os seguintes dados: Informações Cadastrais, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Relatório da Administração, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Para fins deste estudo, foram utilizadas as demonstrações contábeis Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas. Acredita-se que essas demonstrações são os principais relatórios que possuem informações contábeis pertinentes aos Ativos Intangíveis sob a ótica da Contabilidade Financeira.

Para a análise dessas demonstrações empregou-se a técnica da análise de conteúdo para categorização e quantificação das informações. Para Martins e Lintz (2007), o emprego dessa técnica permite estudar e analisar de maneira sistemática e quantitativa as informações referentes a um determinado contexto.

Desse modo, na classificação da divulgação das informações, utilizou-se a seguinte sistemática: (1) quando apresenta informações e

(0) quando não apresenta informações. Logo, realizaram-se os seguintes passos para o atendimento aos objetivos específicos da pesquisa:

Para execução do objetivo específico 1, Evidenciação das práticas contábeis referentes aos AIs, as práticas contábeis foram categorizadas de acordo com a apresentação: (a) das normas contábeis IBRACON NPC n. 27e CVM n. 488/05 ou n. 496/06, (b) de informações sobre a Lei n. 11.638/07, (c) das normas contábeis CVM n. 527/07 e n. 553/07 ou CPC n. 01/07 e n. 04/08, (d) de informações sobre a MP n. 449/08 (Lei n. 11.941/09), (e) do subgrupo intangível nas demonstrações contábeis, (f) dos AIs no grupo do ativo permanente, (g) de informações sobre a avaliação ao valor recuperável, e (h) de normas internacionais relacionadas aos AIs (IAS 36, IAS 38, SFAS 142 e SFAS 144).

Para a execução do objetivo específico 2, Tipos de AIs evidenciados, os Ativos Intangíveis foram categorizados em: (a) Ágio, (b) Direitos Contratuais, (c) Fundo de Comércio, (d) Marcas e Patentes, (e) Pesquisa e Desenvolvimento, (f) *Software*, (g) Outros Intangíveis. A categoria “Outros” Intangíveis representa os Ativos Intangíveis divulgados de modo não segregado pelas empresas.

Para a execução do objetivo específico 3, Divulgação dos itens comuns às normas contábeis nacionais e internacionais no que tange aos AIs, utilizou-se como base o art. 118 do CPC 04/08 (correlacionado com IAS 38 art. 122) que enumera os itens a serem divulgados pelas empresas. Estes itens estão descritos no Quadro 9.

Itens	Descrição
(a)	AIs com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados.
(b)	os métodos de amortização utilizados para os Ativos Intangíveis com vida útil definida.
(c)	o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período.
(d)	a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída,
(e)	A conciliação do valor contábil no início e no final do período [...].

Quadro 9 - Itens a divulgar referentes aos Ativos Intangíveis

Fonte: CPC 04/08.

Para a execução do objetivo específico 4, Representatividade dos tipos de AIs, realizou-se a divisão do valor patrimonial de cada tipo de Ativo Intangível pelo valor patrimonial do subgrupo intangível e multiplicou-se esta razão por 100 para obtenção da representatividade.

Para a execução do objetivo específico 5, Participação dos Ativos Intangíveis em relação ao ativo patrimonial total, efetuou-se a divisão do valor patrimonial subgrupo intangível pelo valor total do ativo patrimonial e multiplicou-se esta razão por 100 para a obtenção da participação.

Para execução do objetivo específico 6, Estimação da relação entre os AIs e variáveis financeiras, empregou-se a técnica estatística de correlação linear de Pearson e regressão linear com dados em painel. As variáveis foram obtidas nas demonstrações contábeis das empresas investigadas, exceto a variável Valor de Mercado (VM), que foi coletada no Banco de Dados da Economática, com cotação no último dia de cada ano.

Para os cálculos da correlação utilizaram-se as seguintes variáveis apresentadas no Quadro 10:

Descrição	Variável	Fórmula	Justificativa
Índice de Investimentos em AIs (Gi)	Gi	$= (AI / PL)$	Indica o grau de investimentos em intangíveis em relação ao patrimônio líquido (capital próprio)
Índice de Intangibilidade (GI)	GI	$= (VM / PL)$	Indica quantas vezes o valor de mercado é superior ao valor do patrimônio líquido (capital próprio)

Quadro 10 - Variáveis para o cálculo da correlação

O valor do Gi foi obtido pela divisão entre valor patrimonial do subgrupo intangível e valor do patrimônio líquido. O valor do GI foi obtido pela divisão entre valor de mercado e o valor do patrimônio líquido, conforme proposição de Kayo (2002). Para Perez e Famá (2006a, p. 10), o índice GI “demonstra que quanto maior o índice, maior a participação relativa de Ativos Intangíveis na estrutura da empresa”.

Para estimação do modelo de regressão com dados em painel, as variáveis financeiras foram transformadas em logaritmo natural (Ln) devido à assimetria dos valores em reais. Dessa forma, utilizaram-se as

seguintes variáveis para o cálculo da regressão em três perspectivas, conforme Quadro 11:

Regressões	Tipo	Variável	Descrição	Justificativa
Regressão Linear 1	Dependente	PL	Valor anual do patrimônio líquido em Ln	Capital do acionista a valor contábil
	Independente	AI	Valor anual do subgrupo intangível em Ln	Investimentos em Ativos Intangíveis
Regressão Linear 2	Dependente	RL	Valor anual da receita líquida de vendas em Ln	Vendas líquidas de impostos
	Independente	AI	Valor anual do subgrupo intangível em Ln	Investimentos em Ativos Intangíveis
Regressão Linear 3	Dependente	VM	Valor de mercado da empresa em Ln	Capital do acionista a valor de mercado
	Independente	AI	Valor anual do subgrupo intangível em Ln	Investimentos em Ativos Intangíveis

Quadro 11 - Variáveis para o cálculo da regressão com dados em painel

Assim, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- H1: Os investimentos em Ativos Intangíveis explicam o montante do patrimônio líquido das empresas.
- H2: Os investimentos em Ativos Intangíveis explicam o montante da receita líquida das empresas.
- H3: Os investimentos em Ativos Intangíveis explicam o valor de mercado das empresas.

Com o intuito de verificar se os valores dos AIs reconhecidos pela Contabilidade Financeira explicam as variáveis financeiras PL, RL e VM, aplicou-se o modelo de regressão com dados em painel. Esse tipo de regressão permite a combinação de séries temporais com dados de corte transversais. Sendo assim, possibilita a análise de diversas empresas (*cross-sections*) em períodos diferentes de tempo. Para Gujarati (2006), os modelos de regressão com dados em painel

permitem que a mesma unidade em corte transversal seja pesquisada ao longo do tempo.

Na análise com dados em painel, destacam-se dois métodos: o de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios. Para a escolha do método mais adequado, aplicou-se o Teste de Hausman. Quanto à análise das violações do modelo de regressão, empregou-se o Teste de White para verificar a existência de heterocedasticidade e também para a correção do modelo.

Na confirmação dos testes estatísticos realizados, utilizou-se nível de significância de 5% ($\alpha = 0,05$). Segundo Barbetta (2008, p. 186), “em pesquisa social, é comum adotar nível de significância de 5%”.

Para o cálculo da regressão com dados em painel, empregou-se o *software Eviews 6*; e, para a correlação de Pearson, utilizou-se o *software Excel* do *Windows*.

Por fim, cumpre destacar que, para a execução dos objetivos específicos 4, 5 e 6, eliminou-se o ano de 2006, porque grande parte das empresas não apresentou segregadamente o subgrupo intangível nas demonstrações contábeis, impossibilitando análises comparativas e estatísticas.

Na seção a seguir, destacam-se as limitações do estudo.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Observa-se que os procedimentos metodológicos estabelecidos são passíveis de algumas limitações. Dentre elas destacam-se:

- a) a impossibilidade de generalização dos resultados, pois a pesquisa é descritiva com amostra não probabilística;
- b) o caráter temporal do estudo, devido ao período investigado estar entre os anos 2006 e 2008, não permitindo inferências para períodos passados ou futuros;
- c) o alto grau de subjetividade da técnica de análise de conteúdo, devido à seleção das sentenças contidas nas demonstrações contábeis;
- d) a possibilidade de que outras demonstrações contábeis contenham mais informações pertinentes aos AIs e
- e) a escolha das variáveis financeiras para mensuração das relações com os AIs.

Contudo, acredita-se que essas limitações não invalidam os resultados obtidos, visto que esta pesquisa descreve um panorama sobre a evidenciação contábil dos AIs nas principais empresas brasileiras com maior volume de negociação na BM&FBOVESPA.

Apresentados o enquadramento metodológico, a definição da população e amostra, os procedimentos para a revisão da literatura, para a coleta e análise dos dados, bem como as limitações do estudo, no próximo capítulo descrevem-se a apresentação dos resultados e sua análise.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, descrevem-se a apresentação e a análise dos resultados. Os resultados estão dispostos de acordo com os seguintes objetivos específicos: (1) evidenciação das práticas contábeis referentes aos AIs; (2) tipos de AIs evidenciados; (3) divulgação dos itens comuns às normas contábeis nacionais e internacionais; (4) representatividade dos tipos de AIs; (5) participação dos AIs em relação ao ativo patrimonial total; e, (6) a relação entre os AIs e variáveis financeiras propostas.

4.1 EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS REFERENTES AOS ATIVOS INTANGÍVEIS

A Tabela 1 mostra a quantidade de empresas que apresentaram informações sobre as normas que tratam da criação do subgrupo intangível nas demonstrações contábeis e as que não o fizeram.

Tabela 1 - Apresentação de informações sobre a NPC IBRACON n. 27/05 ou del. CVM n. 488/05 ou CVM n. 496/06

Categoria	Ano 2006		Ano 2007		Ano 2008	
	Empresas	%	Empresas	%	Empresas	%
Sim	35	74,47	8	17,02	2	4,26
Não	12	25,53	39	82,98	45	95,74
Total	47	100,00	47	100,00	47	100,00

Verifica-se que, no ano 2006, início da obrigatoriedade de apresentação do subgrupo intangível nas demonstrações contábeis, 35 empresas relataram possuir conhecimento das alterações propostas. Nos anos posteriores, poucas empresas mencionaram essas normas. Acredita-se que esse fato deve-se à regulamentação mediante a Lei n 11.638 ter ocorrido no ano de 2007. Destacam-se as seguintes companhias que não apresentaram informações referentes a esses normativos no triênio: ARACRUZ, SOUZA CRUZ, DURATEX, LOJAS RENNER, ELETROPAULO, NET, TAM S/A, TIM PART S/A, ULTRAPAR e CCR RODOVIAS.

A Tabela 2 retrata a quantidade de empresas que apresentaram informações sobre a Lei n. 11.638/07 e as que não demonstraram.

Tabela 2 - Apresentação de informações sobre a Lei n. 11.638/07, no que tange aos AIs

Categoria	2007		2008	
	Empresas	%	Empresas	%
Sim	29	61,70	14	29,79
Não	18	38,30	33	70,21
Total	47	100,00	47	100,00

Percebe-se que, no ano de 2007, 29 empresas apresentaram informações sobre a Lei n. 11.638/07, a qual ratifica os normativos do IBRACON e da CVM. O que surpreende é que, em 2007, como visto na Tabela 1, somente oito companhias divulgaram informações sobre esses normativos. Constata-se que ARACRUZ, DURATEX, ULTRAPAR e CCR RODOVIAS não apresentaram informações sobre a Lei e nem sobre os normativos. Observa-se, também, que essas companhias não publicaram, no ano de 2008, esses regulamentos em seus demonstrativos.

A Tabela 3 destaca a quantidade de empresas que apresentaram informações sobre os normativos mais específicos que tratam da contabilização de AIs e as que não o fizeram.

Tabela 3 - Apresentação de informações sobre as normas contábeis CVM n. 527/07 e n. 553/07 ou CPC n. 01/07 e n. 04/08

Categoria	2007		2008	
	Empresas	%	Empresas	%
Sim	4	8,51	34	72,34
Não	43	91,49	13	27,66
Total	47	100,00	47	100,00

Observa-se que em 2007 houve pouca divulgação, mas em 2008, 34 empresas relataram informações referentes às práticas contábeis mais específicas sobre os AIs. Destaca-se que a TELEMAR NL foi a única empresa que divulgou essas informações nos dois anos.

As empresas que não apresentaram informações no biênio foram: CEMIG, DURATEX, LOJAS RENNER, VCP, GAFISA, TRAN PAULIST, COSAN, LIGHT S/A, EMBRAER e JBS.

A Tabela 4 exibe a quantidade de companhias que apresentaram informações sobre a MP 449/08 que trata da extinção do subgrupo diferido e obrigatoriedade de avaliação ao valor recuperável e também aquelas que não apresentaram tais informações.

Tabela 4 - Apresentação de informações sobre a MP 449/08 (Lei n. 11.941/09), no que tange aos AIs

Categoria	2008	
	Empresas	%
Sim	34	72,34
Não	13	27,66
Total	47	100,00

Verifica-se que 34 empresas demonstraram ter conhecimento sobre a extinção do subgrupo diferido e a obrigatoriedade da avaliação periódica dos AIs com vida útil indefinida. No entanto, a CEMIG, VALE R. DOCE, ITAUSA, LOJAS RENNER, COMGAS, ROSSI RESID, TAM S/A, ULTRAPAR, BRADESPAR, NATURA, COSAN, JBS e REDECARD não apresentaram informações sobre as alterações propostas pela MP 449/08.

A Tabela 5 expõe a quantidade de empresas que apresentaram o subgrupo intangível segregado nas demonstrações contábeis e a quantidade das companhias que não o evidenciaram de modo específico.

Tabela 5 - Apresentação do subgrupo intangível nas Demonstrações Contábeis

Categoria	Ano 2006		Ano 2007		Ano 2008	
	Empresas	%	Empresas	%	Empresas	%
Sim	27	57,45	33	70,21	47	100,00
Não	20	42,55	14	29,79	0	0,00
Total	47	100,00	47	100,00	47	100,00

Percebe-se um percentual moderado de empresas (57,45%) que segregaram o subgrupo intangível em 2006, ano inicial para divulgação obrigatória conforme Del. CVM n. 496/06. A partir de 2007, com o advento da Lei n. 11.638, verifica-se um percentual satisfatório de companhias (70,21%) que se adequaram à legislação. Em 2008, todas as empresas (100%) apresentaram o subgrupo intangível de modo segredo.

As organizações que não atenderam aos regulamentos nos anos de 2006 e 2007 foram: ARACRUZ, CELESC, SID NACIONAL, SOUZA CRUZ, KLABIN S/A, VCP, PERDIGÃO S/A, CPFL ENERGIA, BRADESPAR, CCR RODOVIAS, SADIA S/A, GOL, COSAN e REDECARD.

A Tabela 6 identifica as empresas que apresentaram informações sobre a realização da avaliação ao valor recuperável dos AIs (*impairment test*) e as que não o fizeram.

Tabela 6 - Apresentação de informações sobre a avaliação ao valor recuperável de AIs

Categoria	2006		2007		2008	
	Empresas	%	Empresas	%	Empresas	%
Sim	1	2,13	8	17,02	43	91,49
Não	46	97,87	39	82,98	4	8,51
Total	47	100,00	47	100,00	47	100,00

O CPC 01/07 estabelece obrigatoriedade de avaliação periódica para Ativos Tangíveis e Intangíveis. Esse pronunciamento foi ratificado pelo CPC 04/08 para os Ativos Intangíveis e aprovado pela MP 449/08, posteriormente Lei n. 11.941. Desse modo, poucas empresas apresentaram informações nos anos de 2006 e 2007 devido a não obrigatoriedade.

Em 2008, com a regulamentação consolidada, 43 empresas apresentaram alguma informação. Salienta-se que a informação mais divulgada foi “*que não houve desvalorização ou perda por impairment test do Ágio e demais Ativos Intangíveis*”, pela maioria das empresas.

Contudo, a VALE R. DOCE, PETROBRAS, AMBEV e BRADESPAR reconheceram uma perda por desvalorização do ágio (por expectativa de rentabilidade futura) no exercício de 2008.

A TIM PART S/A, COMGAS e DURATEX não apresentaram informações sobre a realização da avaliação ao valor recuperável para seus intangíveis, principalmente referente ao ágio contido em suas demonstrações contábeis no período. Observa-se que a obrigatoriedade para a realização do *impairment test* do ágio (vida útil indefinida) é somente para as demonstrações contábeis encerradas a partir do ano de 2009.

A Tabela 7 revela a quantidade de empresas que apresentaram informações sobre as normas internacionais relacionadas aos AIs e aquelas que não demonstraram tais informações.

Tabela 7 - Apresentação de informações sobre as normas internacionais relacionadas aos AIs

Categoria	2006		2007		2008	
	Empresas	%	Empresas	%	Empresas	%
Sim	1	2,13	1	2,13	3	6,38
Não	46	97,87	46	97,87	44	93,62
Total	47	100,00	47	100,00	47	100,00

Percebe-se que, no triênio, a maioria das companhias não mencionou nas suas demonstrações contábeis as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 22, IAS 36, IAS 38, SFAS 141, SFAS 142 e SFAS 144) que tratam dos AIs. Esse fato, talvez seja devido às práticas internacionais estarem em fase de consolidação no Brasil. Acredita-se também que essas informações não são tão relevantes para o usuário local da informação contábil.

A única empresa que divulgou no triênio uma norma internacional foi a CELESC. A norma divulgada foi a SFAS 144 – *Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and Long-Lives Assets to be Disposed of*. A empresa menciona que “*para efeitos de ajustes de U.S. GAAP, não foi necessário constituir nenhuma provisão de perda para seus ativos de longa duração no triênio*”.

Diante do atual marco regulatório relacionado aos AIs nota-se que as empresas adaptaram-se a este contexto de modo gradativo. As alterações introduzidas pelos regulamentos alinharam as normas brasileiras às internacionais de Contabilidade, por isso as organizações atenderam a estas mudanças de forma progressiva, principalmente devido às obrigatoriedades provenientes das Leis n. 11.638/07 e 11.941/09.

Acredita-se que esta situação está relacionada diretamente com as características das empresas investigadas, pois elas: a) possuem o maior volume de negociação na BM&FBOVESPA, por isso a adoção das novas práticas conjuntamente com a evidenciação contábil é fundamental para os negócios; e b) realizam negociações internacionais, logo é necessário possuir demonstrações contábeis equiparadas às Normas Internacionais de Contabilidade para atendimentos aos usuários da informação contábil de outros países.

Sendo assim, as práticas contábeis utilizadas pelas companhias tiveram por o objetivo informar os usuários as mudanças ocorridas na política contábil e seus reflexos na estrutura organizacional. De modo geral, constata-se um nível satisfatório de adoção e evidenciação dos normativos contábeis referentes aos AIs por parte das organizações. Dessa forma, percebe-se que empresas analisadas estão em conformidade com os novos regulamentos e também com as práticas internacionais de Contabilidade.

4.2 TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS

O Gráfico 1 ilustra os tipos de Ativos Intangíveis divulgados pelas empresas.

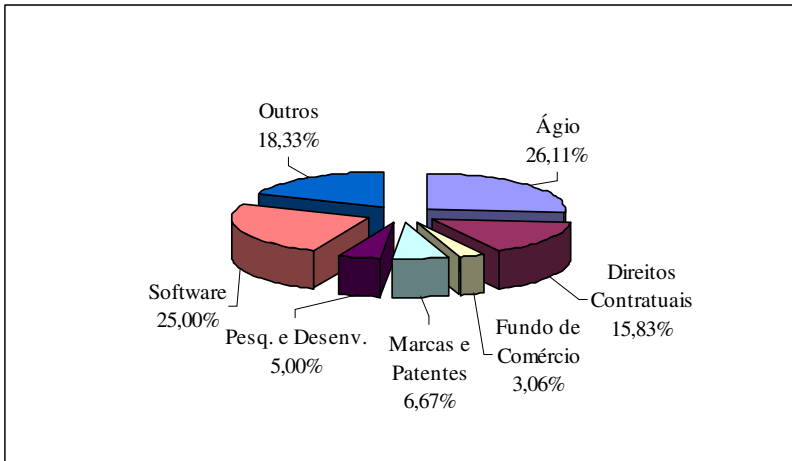


Gráfico 1 - Tipos de Ativos Intangíveis evidenciados no triênio 2006-2008

Percebe-se que os tipos de AIs mais divulgados no triênio são o *Ágio* (26,11%) e *Software* (25,00%). Esses resultados corroboram com os da pesquisa de Antunes, Silva e Saiki (2009). Esses autores também encontraram *Ágio* e o *Software* como os AIs mais evidenciados em sua pesquisa.

O *Ágio* é proveniente das operações de aquisição de negócios. Sua presença denota uma característica estratégica de crescimento por parte das organizações, por meio da aquisição de outros empreendimentos. O *Software* é um instrumento de apoio à gestão das atividades operacionais. Esse tipo de AI é fundamental para a condução dos negócios. O tipo “Outros” refere-se aos Ativos Intangíveis não identificados pelas empresas ou de pouca evidência tais como *web sites* e obras de arte.

A VIVO, BRASIL T PAR, BRASIL TELECOM e ULTRAPAR foram as companhias que apresentaram maior necessidade de vários tipos de AIs na gestão empresarial. Identificou-se que as empresas do setor de telecomunicações foram as que demandaram por maior uso de todos os tipos de AIs. Esse fato corrobora com as afirmações de Lev (2001), ao enfatizar que as organizações do setor de telecomunicações demandam por maiores recursos intangíveis.

As empresas que apresentaram somente um tipo de AI no seu ativo patrimonial no triênio foram: ARACRUZ, CEMIG, SOUZA CRUZ, ELETROPAULO, P. ACUCAR-CBD, PERDIGAO S/A, COSAN e REDECARD. Esses resultados corroboram com os da seção 4.1, uma vez que se pode verificar que as organizações que usam poucos AIs não evidenciaram os respectivos regulamentos contábeis. Acredita-se que essa situação talvez seja pela pouca relevância dos AIs na composição patrimonial dessas entidades.

Verifica-se que a ULTRAPAR utilizou vários tipos de AIs, no entanto apresentou debilidades de evidência das práticas contábeis.

a) Evidência do ativo *Ágio*

O Gráfico 2 ilustra a evidência do ativo *Ágio* no grupo do ativo permanente de acordo com a quantidade de empresas.

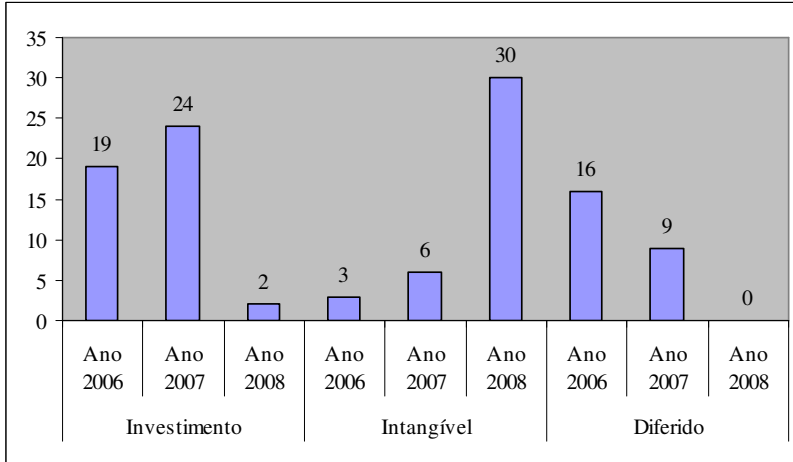


Gráfico 2 - Apresentação do ativo Ágio no grupo do ativo permanente

O Ágio até o ano de 2007 estava evidenciado no subgrupo investimentos ou diferido em conformidade com as Ins. CVM n. 285/98 e n. 319/99. A partir de 2008, com o advento da Lei n. 11.638/07, o Ágio teve de ser registrado somente no subgrupo intangível. Percebe-se que 30 empresas o registraram adequadamente em 2008. No entanto, a GAFISA e VIVO não o fizeram, pois o Ágio continuou sendo apresentado no subgrupo investimentos, caracterizando uma não conformidade.

As empresas que não possuíam o ativo Ágio em suas operações no triênio são: ELETROBRAS, CEMIG, SOUZA CRUZ, ITAUSA, LOJAS RENNER, ELETROPAULO, SABESP, TRAN PAULIST, NATURA, LIGHT S/A, EMBRAER e REDECARD.

b) Evidenciação do ativo Direito Contratual

O Gráfico 3 demonstra a evidenciação do ativo Direito Contratual no grupo do ativo permanente de acordo com a quantidade de empresas.

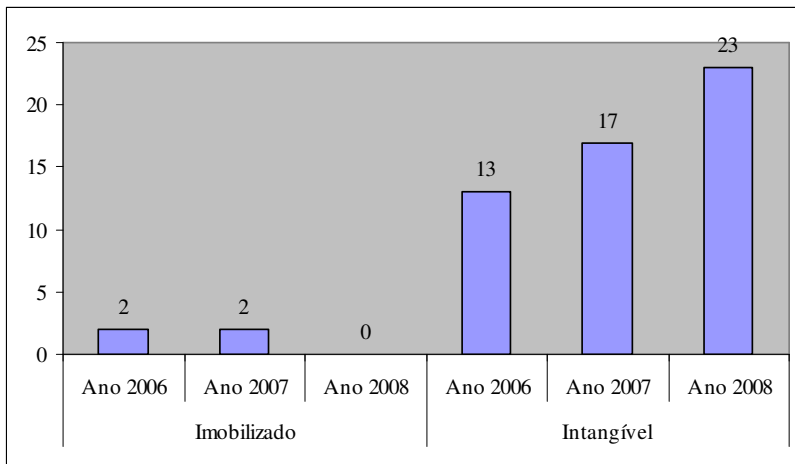


Gráfico 3 - Apresentação do ativo Direito Contratual no grupo do ativo permanente

A ROSSI RESID e a CCR RODOVIAS evidenciaram o Direito Contratual no subgrupo imobilizado em 2006 e 2007. Esse fato demonstra uma não conformidade com a Del. CVM n. 488/05, que criou o subgrupo intangível para os ativos de natureza incorpórea.

Salienta-se que a CCR RODOVIAS, como visto na seção 4.1, não apresentou nas suas demonstrações contábeis os regulamentos que tratam dos AIs.

No triênio, destacam-se as seguintes empresas que apresentaram no intangível o ativo Direito Contratual para manutenção de suas operações: LOJAS RENNER, PETROBRAS, BRASIL TELECOM, TELEMAR N L, COPEL, SABESP, TIM PART S/A, TELEMAR, BRASIL T PAR, VIVO, ULTRAPAR, LIGHT S/A e B2W VAREJO.

c) Evidenciação do ativo Fundo de Comércio

O Gráfico 4 exibe a evidenciação do ativo Fundo de Comércio no grupo do ativo permanente de acordo com a quantidade de empresas.

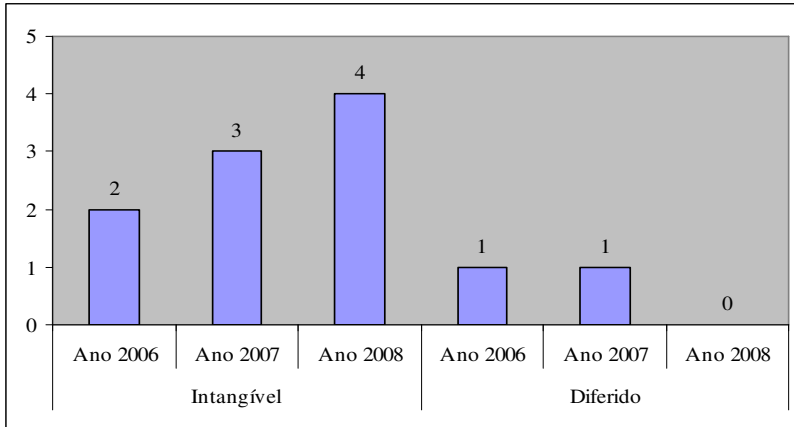


Gráfico 4 - Apresentação do ativo Fundo de Comércio no grupo do ativo permanente

A VIVO evidenciou o ativo Fundo de Comércio no subgrupo diferido em 2006 e 2007. Esse fato está em contradição com a Del. CVM n. 488/05, que criou o subgrupo intangível para os ativos de natureza incorpórea.

No ano de 2008, as LOJAS AMERIC, VIVO, ULTRAPAR e NATURA apresentaram o ativo Fundo de Comércio no subgrupo intangível. Nessas empresas o Fundo de Comércio está relacionado às operações que envolvam o ponto comercial.

d) Evidenciação do ativo Marcas e Patentes

O Gráfico 5 demonstra a evidenciação do ativo Marcas e Patentes no grupo do ativo permanente conforme a quantidade de companhias.

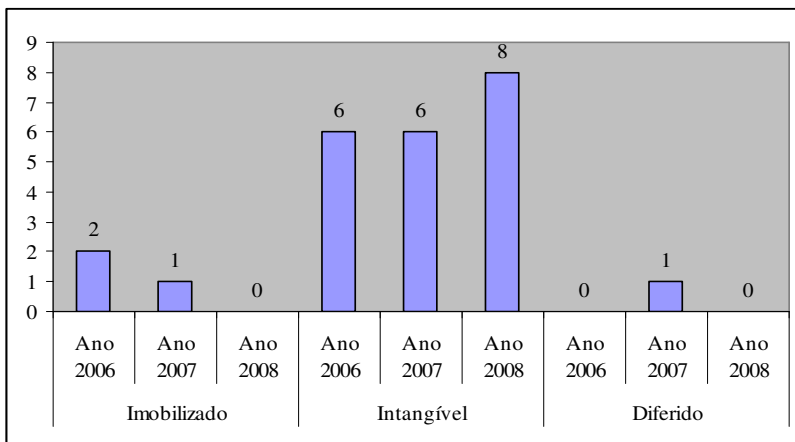


Gráfico 5 - Apresentação do ativo Marcas e Patentes no grupo do ativo permanente

A GOL reconheceu o ativo Marcas e Patentes no subgrupo imobilizado em 2006 e no subgrupo diferido em 2007. A ROSSI RESID também evidenciou esse ativo no subgrupo imobilizado em 2006. Desse modo, ambas estão divergentes com a Del. CVM n. 488/05.

A BRASKEM, BRASIL TELEC e BRASIL T PAR evidenciam o ativo Marcas e Patentes no subgrupo intangível no triênio.

e) Evidenciação do ativo Pesquisa e Desenvolvimento

O Gráfico 6 revela a evidenciação do ativo Pesquisa e Desenvolvimento no grupo do ativo permanente de acordo com a quantidade de companhias.

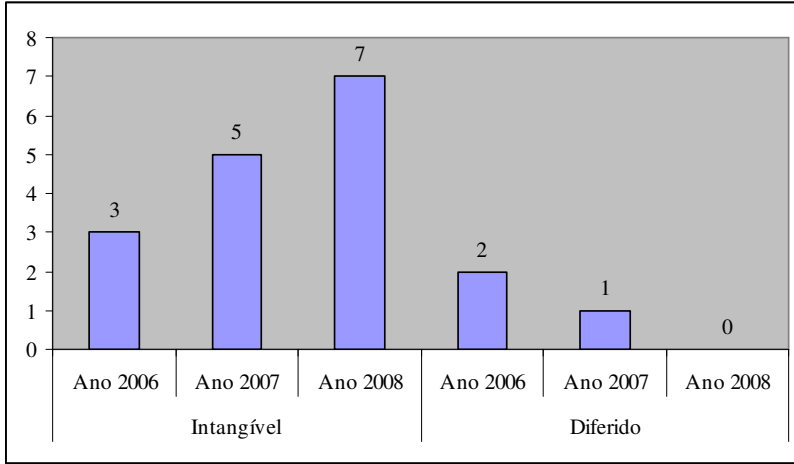


Gráfico 6 - Apresentação do ativo Pesquisa e Desenvolvimento no grupo do ativo permanente

Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento até o ano de 2008 poderiam ser capitalizados e registrados no subgrupo do diferido. De modo geral, percebe-se pouca capitalização dos gastos que envolvem a criação de novos produtos ou processos.

Desse modo, infere-se que tal situação talvez seja devido as companhias não conseguirem comprovar com segurança os benefícios econômicos futuros provenientes de tais gastos. Por isso, optaram em reconhecê-los diretamente contra o resultado, de acordo com os regulamentos contábeis. Essa situação também foi percebida por Galvão e Consenza (2007).

No Gráfico 6, percebe-se que sete empresas decidiram registrar esse tipo de ativo no subgrupo intangível. Sendo assim, citam-se as seguintes organizações que ativaram os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento em 2008: BRASIL TELECOM, TAM S/A, TIM PART S/A, BRASIL TELECOM, VIVO, AMBEV e EMBRAER. Percebe-se que há uma forte presença das companhias do setor de telecomunicações, conforme observado por Lev (2001).

f) Evidenciação do ativo *Software*

O Gráfico 7 mostra a evidenciação do ativo *Software* no grupo do ativo permanente de acordo com a quantidade de companhias.

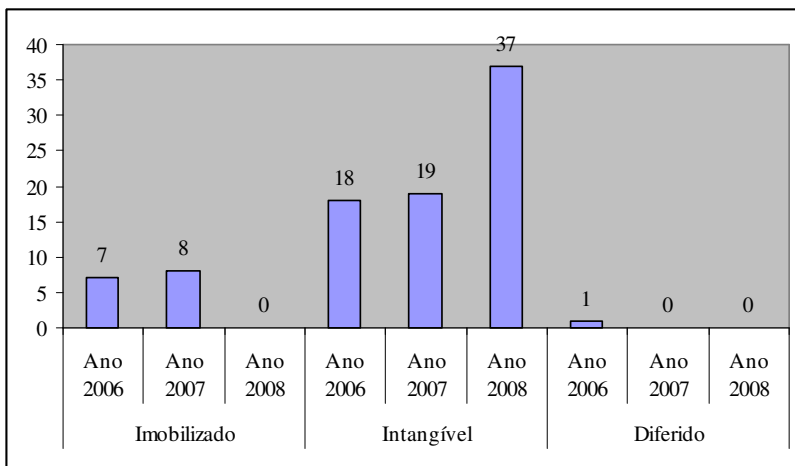


Gráfico 7 - Apresentação do ativo Software no grupo do ativo permanente

Em 2008, 37 empresas reconheceram o *Software* no subgrupo intangível. Nos anos de 2006 e 2007, as empresas SOUZA CRUZ, VCP, NET, TIM PART S/A, CCR RODOVIAS, GOL e REDECARD estão em desacordo com a Del. CVM n. 488/05, pois apresentaram o *Software* no subgrupo imobilizado.

As companhias ARACRUZ, CEMIG, VALE R. DOCE, KLABIN S/A, ELETROPAULO, P. ACUCAR-CBD, PERDIGAO S/A, CPFL ENERGIA, COSAN e JBS não evidenciaram no triênio o ativo *Software* em suas demonstrações contábeis. Logo, percebe-se uma situação dissonante com a realidade empresarial, pois esse ativo é fundamental no controle das operações.

Acredita-se que estas organizações devem estar reconhecendo esses investimentos em outra conta contábil com nomenclatura não similar a *software* e/ou programas (sistemas) computacionais.

g) Evidenciação do ativo “Outros” Intangíveis

O Gráfico 8 demonstra a evidenciação do ativo “Outros” Intangíveis no grupo do ativo permanente de acordo com a quantidade de empresas.

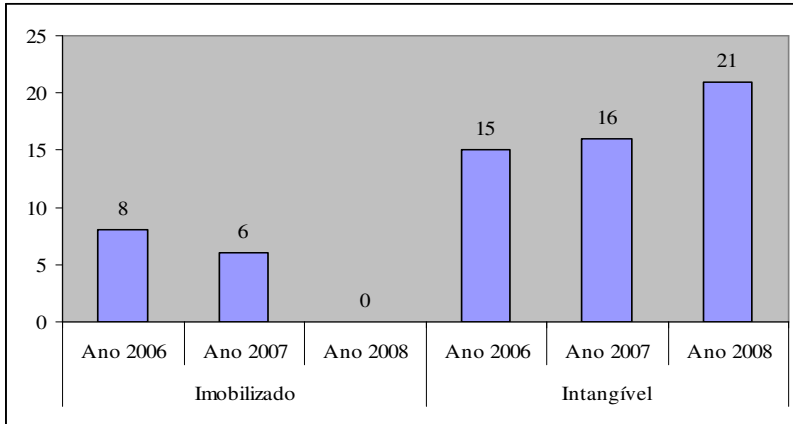


Gráfico 8 - Apresentação do ativo “Outros” Intangíveis no grupo do ativo permanente

O ativo “Outros” Intangíveis caracteriza-se pelos AIs que não foram divulgados de modo segregado pelas empresas. Essa situação ocorreu principalmente nas companhias do setor de utilidade pública. Destacam-se as seguintes empresas que apresentaram esse tipo de ativo no subgrupo imobilizado no ano de 2006 e 2007: CEMIG, CELESC, ELETROPAULO, COMGAS, ROSSI RESID e CPFL ENERGIA.

A ITAUSA, BRASIL TELECOM, TELEMAR NL, COPEL, TIM PART S/A, TELEMAR, TELESP, BRASIL T PAR, VIVO, ULTRAPAR, CCR RODOVIAS, JBS e B2W VAREJO apresentaram esse ativo no subgrupo intangível no triênio, estando em conformidade com as práticas contábeis.

Os setores de Telecomunicações e Consumo Não Cíclico destacaram-se pelo maior uso de vários tipos de Ativos Intangíveis. O setor de Utilidade Pública foi o que menos necessitou de AIs para a manutenção de suas atividades. Logo, constata-se que o uso de AIs está diretamente relacionado ao setor de atuação das organizações. As companhias que demandam por maior tecnologia em produtos, inovação em processos e instrumentos para fidelização de clientes necessitam de mais recursos intangíveis.

4.3 DIVULGAÇÃO DOS ITENS COMUNS ÀS NORMAS CONTÁBEIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO QUE TANGE AOS AIs

Na análise da divulgação dos itens comuns às normas contábeis nacionais e internacionais houve a seguinte classificação por item: A - apresentação do prazo da vida útil; B - divulgação do método de amortização; C - apresentação do valor contábil bruto e amortização acumulada; D - identificação do valor reconhecido no resultado como amortização ou perda; e E - demonstração da movimentação contábil no período.

A Tabela 8 expõe a divulgação dos itens comuns às normas nacionais e internacionais referente ao ano de 2006.

Tabela 8 - Evidenciação dos itens a divulgar no ano 2006 conforme art. 118 do CPC 04/08

Tipos de AIs	Item (A)	Item (B)	Item (C)	Item (D)	Item (E)	Média
Ágio	83,33%	50,00%	46,67%	26,67%	16,67%	44,67%
Direitos Contratuais	80,00%	86,67%	86,67%	6,67%	6,67%	53,33%
Fundo de Comércio	66,67%	66,67%	100,00%	0,00%	0,00%	46,67%
Marcas e Patentes	50,00%	62,50%	75,00%	0,00%	0,00%	37,50%
Pesquisa e Desenv.	60,00%	100,00%	80,00%	0,00%	0,00%	48,00%
<i>Software</i>	96,15%	88,46%	80,77%	3,85%	3,85%	54,62%
Outros	47,83%	73,91%	78,26%	4,35%	4,35%	41,74%
Média	69,14%	75,46%	78,19%	5,93%	4,50%	46,65%

No *ranking* de evidenciação aparece, em primeiro lugar, o item “C” (78,19%), que se refere à apresentação do valor contábil bruto e sua respectiva amortização e perdas acumuladas. Nesse item, destaca-se o ativo Fundo de Comércio, com 100% de divulgação. Em segundo lugar há o item “B” (75,46%), que trata da divulgação do método de amortização. Nesse item aparece o ativo Pesquisa e Desenvolvimento com 100% de evidenciação. Em terceiro lugar está o item “A” (69,14%), que requer a apresentação do prazo de vida útil ou das taxas de amortização utilizadas. Nesse item destaca-se o ativo *Software*, com 96,15% de divulgação.

As empresas que possuíam esses AIs em suas demonstrações contábeis atenderam de modo satisfatório aos itens “C”, “B” e “A”. No entanto, em relação aos itens “D” e “E” mostraram fragilidades na divulgação. O item “D” (5,93%) se refere a identificação do valor reconhecido no resultado como amortização ou perda; e o item “E” (4,50%) requisita uma reconciliação do AI de acordo com a movimentação contábil no período. Salienta-se que, em 2006, não havia obrigatoriedade de divulgação desses dois itens no Brasil.

Em 2006, a média geral de evidenciação foi de 46,65%. O ativo *Software* foi o que apresentou maior média de divulgação (54,62%). O ativo Marcas e Patentes ficou em último lugar com 37,50%.

A Tabela 9 revela a divulgação dos itens comuns às normas nacionais e internacionais referente ao ano de 2007.

Tabela 9 - Evidenciação dos itens a divulgar no ano 2007 conforme art. 118 do CPC 04/08

Tipos de AIs	Item (A)	Item (B)	Item (C)	Item (D)	Item (E)	Média
Ágio	84,85%	63,64%	42,42%	24,24%	15,15%	46,06%
Direitos Contratuais	78,95%	84,21%	84,21%	5,26%	5,26%	51,58%
Fundo de Comércio	50,00%	50,00%	75,00%	0,00%	0,00%	35,00%
Marcas e Patentes	50,00%	62,50%	87,50%	0,00%	0,00%	40,00%
Pesq. e Desenv.	66,67%	83,33%	66,67%	0,00%	0,00%	43,33%
<i>Software</i>	100,00%	96,30%	77,78%	3,70%	3,70%	56,30%
Outros	45,45%	68,18%	77,27%	4,55%	4,55%	40,00%
Média	67,99%	72,59%	72,98%	5,39%	4,09%	44,61%

Em 2007 o *ranking* de evidenciação demonstra primeiramente o item “C” (72,98%), com destaque para o ativo Marcas e Patentes, que apresenta um percentual de 87,50%. Na sequência, tem-se o item “B” (72,59%), com o ativo *Software*, que possui 96,30% de divulgação. O item “A” possui um percentual de divulgação de 67,99%. Nesse item, destaca-se o ativo *Software*, com 100,00% de evidenciação.

Constata-se que as companhias atenderam de modo satisfatório os itens “C”, “B” e “A”. Os itens “D” (5,39%), que solicita a identificação do valor reconhecido no resultado como amortização ou perda, e o “E” (4,09%), que requisita uma reconciliação do AI de acordo com a movimentação contábil no período, apresentaram debilidades de

divulgação. Observa-se que, em 2007, não havia obrigatoriedade de divulgação desses dois itens no Brasil.

A média geral de evidenciação foi de 44,61%. O ativo *Software* foi o que apresentou maior média de divulgação (56,30%). O ativo Fundo de Comércio ficou em último lugar, com 35,00%.

A Tabela 10 mostra a divulgação dos itens comuns às normas nacionais e internacionais referente ao ano de 2008.

Tabela 10 - Evidenciação dos itens a divulgar no ano 2008 conforme art. 118 do CPC 04/08

Tipos de AIs	Item (A)	Item (B)	Item (C)	Item (D)	Item (E)	Média
Ágio	77,42%	74,19%	87,10%	41,94%	32,26%	62,58%
Direitos Contratuais	69,57%	78,26%	82,61%	21,74%	17,39%	53,91%
Fundo de Comércio	75,00%	75,00%	100,00%	25,00%	25,00%	60,00%
Marcas e Patentes	37,50%	50,00%	100,00%	25,00%	25,00%	47,50%
Pesq. e Desenv.	28,57%	71,43%	100,00%	42,86%	42,86%	57,14%
Software	78,38%	78,38%	81,08%	27,03%	24,32%	57,84%
Outros	38,10%	66,67%	80,95%	23,81%	23,81%	46,67%
Média	57,79%	70,56%	90,25%	29,62%	27,23%	55,09%

No *ranking* de evidenciação, em 2008, tem-se em primeiro lugar o item “C” (90,25%), que solicita a divulgação do valor contábil bruto e sua respectiva amortização e perdas acumuladas. Na sequência, destaca-se o item “B” (70,56%), que trata da apresentação do método de amortização. Em terceiro lugar aparece o item “A” (57,79%), que requer a apresentação do prazo de vida útil ou das taxas de amortização utilizadas.

Em 2008, se sobressaem os ativos Fundo de Comércio, Marcas e Patentes e Pesquisa e Desenvolvimento, todos com 100,00% de divulgação no item “C”. No item “B”, destacam-se o ativo *Software* e Direitos Contratuais, com 78,38% e 78,26% de divulgação, respectivamente. No item “A”, tem-se o ativo *Software* com 78,38%, e Ágio com 77,42% de divulgação.

As empresas que apresentaram esses ativos em suas demonstrações contábeis atenderam de modo satisfatório aos itens “C” e “B”. O item “A” apresentou uma divulgação moderada. Os itens “D” e “E” demonstraram fragilidades de evidenciação com um percentual de

29,62% e de 27,23%, respectivamente. Salienta-se que, neste ano de 2008 já havia obrigatoriedade de divulgação desses dois últimos itens no Brasil, conforme o CPC 04.

Assim, em 2008, a média geral de evidenciação foi de 55,09%. O ativo *Ágio* foi o que apresentou maior média de divulgação (62,58%). O ativo “Outros” Intangíveis ficou em último lugar, com 46,67%. Com a adoção do CPC 04, no ano de 2008, os itens “D” e “E” foram agregados aos itens a divulgar existentes. Nos anos anteriores a divulgação desses dois itens era mínima. Com o advento do CPC 04, houve um aumento significativo na evidenciação, mas ainda em menor proporção aos demais.

A evidenciação dos itens “D” e “E” é uma importante informação contábil no contexto atual, principalmente para a verificação do valor da perda proveniente da avaliação ao valor recuperável dos AIs. O reconhecimento desse valor no resultado pode ser significativo, portanto, o usuário da informação contábil deve ter acesso aos reflexos provocados por tal transação.

Constata-se também que as novas práticas melhoraram moderadamente o nível de divulgação de informações referentes aos AIs. No ano de 2006, a média geral de evidenciação foi de 46,65% e subiu para 55,09% em 2008. Contudo, observa-se uma evidenciação insuficiente de informações pertinentes aos itens a divulgar. Esses resultados corroboram com os obtidos pelos autores Sevin, Schroeder e Bhamornsiri (2007), que concluíram que a divulgação de informações financeiras está deficiente e com baixa aderência às normas.

No entanto, houve uma melhoria significativa nas informações relacionadas ao *Ágio*, que tinha, em 2006, uma média de evidenciação de 44,67% e passou para 62,58% em 2008. Destaca-se que esse ativo é o que apresenta maior custo de aquisição, portanto, sua evidenciação é fundamental.

4.4 REPRESENTATIVIDADE DOS TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS EVIDENCIADOS

O Gráfico 9 ilustra a representatividade dos AIs no patrimônio das empresas nos anos de 2007 e 2008.

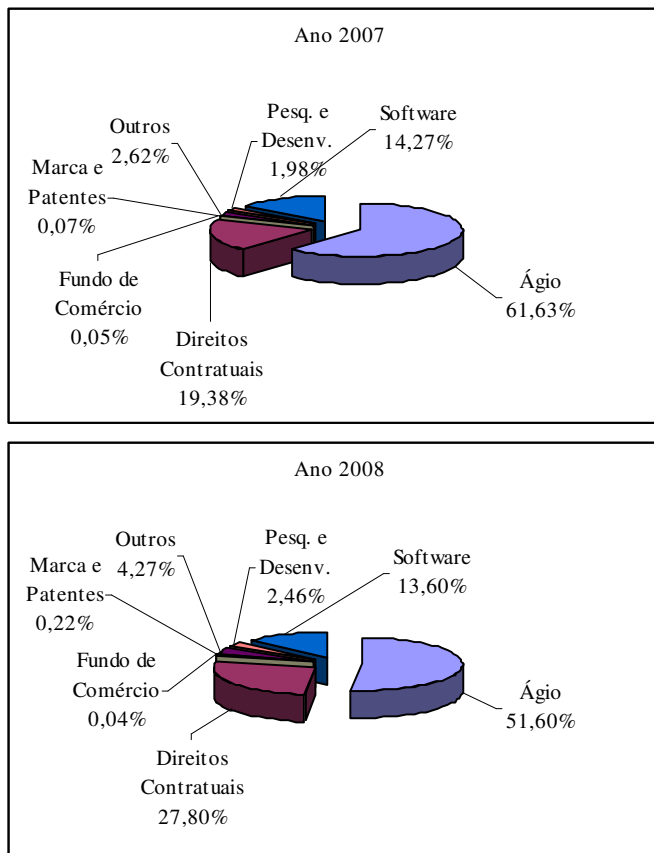


Gráfico 9 - Representatividade dos tipos de Ativos Intangíveis

Os tipos de AIs mais representativos no patrimônio das companhias são *Ágio*, *Direitos Contratuais* e *Software*.

O ativo *Ágio* destaca-se pelo alto valor do seu custo de aquisição, pois nas operações de compra as organizações estão sendo adquiridas com valor de mercado muito acima do seu valor patrimonial, como foi observado por Sveiby (1998), Edvinsson e Malone (1998), Stewart (1998), Lev (2001), Schmidt e Santos (2002). As empresas que apresentaram maior valor alocado no ativo *Ágio* foram AMBEV, VALE R. DOCE, BRASKEM e CPFL ENERGIA.

O ativo *Direito Contratual* destaca-se também pelo seu valor de aquisição, pois em muitos negócios caracteriza-se como principal fonte

de geração de receitas. Esse ativo é relevante nas seguintes empresas VALE R. DOCE, ITAUSA, PETROBRAS, TIM PART S/A, TELEMAR e TELEMAR NL.

O ativo *Software* é utilizado na gestão dos negócios. As companhias que apresentaram maiores investimentos nesse ativo foram: PETROBRAS, TIM PART S/A, VIVO, TELESP e BRASIL TELECOM.

De modo geral, percebe-se que os AIs adquiridos de terceiros como o *Ágio*, *Direito Contratual* e *Software* apresentam maior custo de aquisição, pois são negociados a valor de mercado. Os ativos Pesquisa e Desenvolvimento, Marcas e Patentes são desenvolvidos internamente e seu reconhecimento contábil é com base no custo de registro legal ou gastos de construção.

4.5 PARTICIPAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM RELAÇÃO AO ATIVO PATRIMONIAL TOTAL

A Gráfico 10 ilustra a participação dos AIs no ativo patrimonial total das empresas de modo setorial nos anos de 2007 e 2008.

As companhias do setor Consumo Não Cíclico são as que possuem maior participação de AIs no seu patrimônio. Estas empresas atuam em um setor que demanda por maior necessidade de recursos intangíveis. Esse setor subdivide-se nos seguintes segmentos econômicos: agropecuária, alimentos processados, bebidas, fumo, material de higiene, limpeza e saúde.

Nesses segmentos, os investimentos em tecnologia de produção, patente de novos produtos e processos, consolidação da marca e aquisição de outros empreendimentos são estratégias de gestão que visam à manutenção de vantagens competitivas e geração de maiores riquezas.

Destaca-se também o setor de Telecomunicações com uma participação significativa de AIs. Observa-se que esse setor tem uma necessidade constante de recursos de alta complexidade na área de transmissão de dados, desenvolvimento de novas tecnologias, aquisição de direitos de exploração comercial, programas de fidelização de clientes e também aquisição de outros empreendimentos. Sendo assim, esses fatores são fundamentais para a manutenção de suas atividades empresariais.

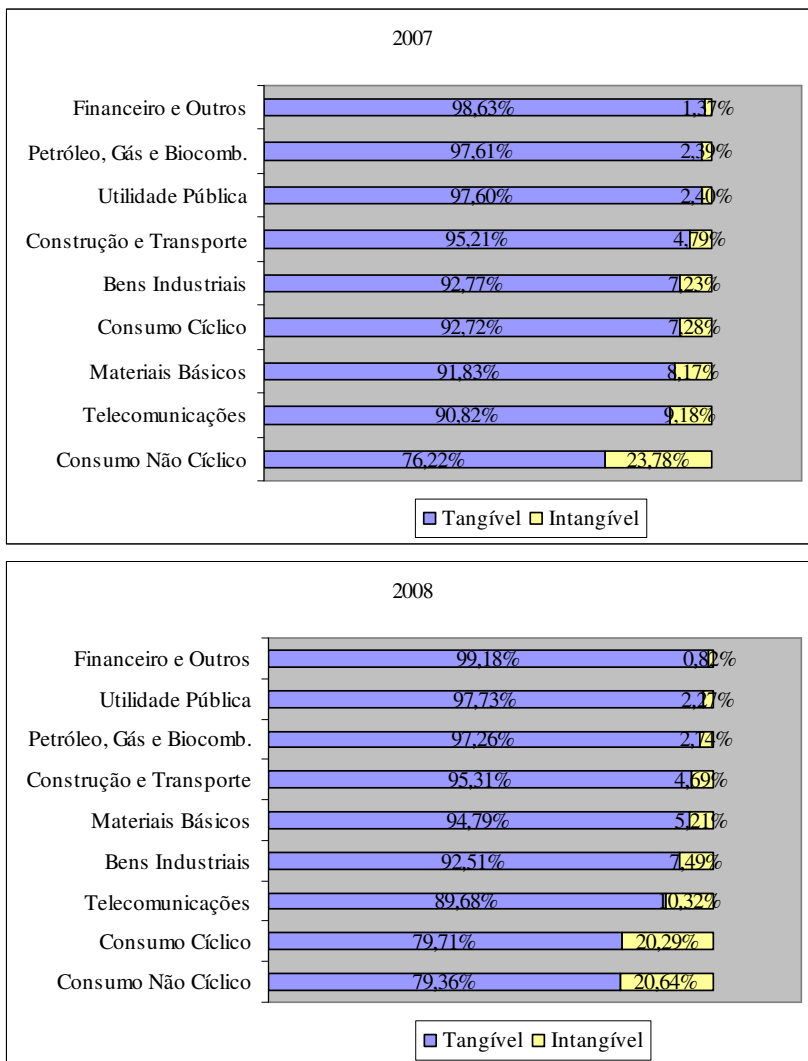


Gráfico 10 - Participação setorial dos Ativos Intangíveis

A Tabela 11 apresenta o *ranking* das maiores e menores participações de AIs no ativo patrimonial total das empresas nos anos de 2007 e 2008.

Tabela 11 - Ranking das maiores e menores participações de AIs

Ano 2007		
Setor	Empresas	Part. AIs
Consumo Não Cíclico	AMBEV	49,24%
Telecomunicações	TIM PART S/A	26,72%
Utilidade Pública	CPFL ENERGIA	18,31%
Materiais Básicos	DURATEX	0,22%
Construção e Transporte	ROSSI RESID	0,11%
Financeiro e outros	REDECARD	0,06%
Ano 2008		
Setor	Empresas	Part. AIs
Consumo Não Cíclico	AMBEV	43,39%
Consumo Cíclico	NET	36,17%
Telecomunicações	TIM PART S/A	29,66%
Utilidade Pública	ELETRORBRAS	0,27%
Construção e Transporte	ROSSI RESID	0,12%
Financeiro e outros	REDECARD	0,08%

A AMBEV e TIM PART S/A destacam-se pelas maiores participações de intangíveis. Elas utilizam os seguintes AIs na condução de seus negócios: *ágio*, direitos contratuais, marcas, patentes, *software*, pesquisa e desenvolvimento e outros intangíveis.

A ROSSI RESID e REDECARD caracterizam-se pelas menores participações de intangíveis. Elas apresentam somente o ativo *software* como intangível nas demonstrações contábeis.

A Tabela 12 demonstra as medidas descritivas da participação dos Ativos Intangíveis nos anos de 2007 e 2008.

Tabela 12 - Medidas descritivas da participação de Ativos Intangíveis

Ano	Média	Mediana	Des. padrão	Mínimo	Máximo
2007	6,77%	3,53%	8,64%	0,06%	49,24%
2008	7,61%	4,94%	9,10%	0,08%	43,39%

O valor médio de participação dos AIs é de 6,77% (2007) e 7,61% (2008). Observa-se que 50% das empresas possuem uma participação de AIs acima de 3,53% em 2007, e 4,94% em 2008, o que

demonstra uma tendência de crescimento conforme observa Schmidt *et al.* (2005). As medidas descritivas apontam uma média superior à mediana, portanto a distribuição das participações dos AIs é assimétrica positiva, com grande dispersão nos anos investigados.

De modo geral, os resultados corroboram com os apresentados na Seção 4.2, na qual se constatou que o uso dos Ativos Intangíveis está diretamente relacionado com o setor de atuação das empresas. Além disso, percebe-se uma heterogeneidade dos AIs na participação do patrimônio das organizações. Esse fato também foi constatado por Crisóstomo (2009) em sua pesquisa.

4.6 RELAÇÃO ENTRE ATIVOS INTANGÍVEIS E VARIÁVEIS FINANCEIRAS

4.6.1 Análise de correlação entre o índice de investimentos em Ativos Intangíveis (Gi) e o índice de intangibilidade (GI)

A Tabela 13 expõe o *ranking* dos maiores e menores índices de investimentos em Ativos Intangíveis nas empresas investigadas.

Tabela 13 - *Ranking* dos maiores e menores índices de investimentos em Ativos Intangíveis

Ano 2007		
Sector	Empresas	Gi
Consumo Cíclico	LOJAS AMERIC	2,198
Consumo Não Cíclico	AMBEV	1,003
Consumo Cíclico	B2W VAREJO	0,781
Construção e Transporte	GAFISA	0,005
Materiais Básicos	DURATEX	0,004
Construção e Transporte	ROSSI RESID	0,002
Ano 2008		
Sector	Empresas	Gi
Consumo Cíclico	LOJAS AMERIC	2,568
Consumo Cíclico	B2W VAREJO	1,372
Consumo Não Cíclico	AMBEV	0,936
Construção e Transporte	GAFISA	0,011
Utilidade Pública	ELETROBRAS	0,004
Construção e Transporte	ROSSI RESID	0,003

As LOJAS AMERIC, AMBEV e B2W VAREJO lideram com os maiores índices de investimento em Ativos Intangíveis relacionados ao patrimônio líquido. Percebe-se que os investimentos em AIs das LOJAS AMERIC superam em mais de duas vezes o seu capital próprio nos anos investigados.

Com menor relação de investimentos em intangíveis, destacam-se a GAFISA e ROSSI RESID do setor de construção. Essas empresas caracterizam-se como as menores investidoras em AIs relacionados ao capital próprio.

A Tabela 14 mostra as medidas descritivas do índice de investimentos em Ativos Intangíveis (G_i) nos anos de 2007 e 2008.

Tabela 14 - Medidas descritivas do índice de investimentos em Ativos Intangíveis (G_i)

Ano	Média	Mediana	Des. padrão	Mínimo	Máximo
2007	0,225	0,110	0,366	0,002	2,198
2008	0,303	0,184	0,440	0,003	2,568

O valor médio do G_i é de 0,225 (2007) e 0,303 (2008). Observa-se que 50% das companhias possuem um G_i acima de 0,110 em 2007, e 0,184 em 2008. As medidas descritivas apontam uma média superior à mediana, portanto a distribuição do G_i é assimétrica positiva, com grande dispersão nos anos investigados.

A Tabela 15 apresenta o *ranking* dos maiores e menores índices de intangibilidade das empresas investigadas.

Tabela 15 - *Ranking* dos maiores e menores índices de intangibilidade

Ano 2007		
Setor	Empresas	GI
Consumo Cíclico	LOJAS AMERIC	40,270
Financeiro e outros	REDECARD	37,322
Consumo Cíclico	B2W VAREJO	24,649
Utilidade Pública	COPEL	1,068
Utilidade Pública	SABESP	0,958
Utilidade Pública	ELETROBRAS	0,335
Ano 2008		
Setor	Empresas	GI
Financeiro e outros	REDECARD	23,923
Consumo Cíclico	LOJAS AMERIC	13,394
Consumo Cíclico	B2W VAREJO	11,748
Utilidade Pública	SABESP	0,603
Construção e Transporte	ROSSI RESID	0,582
Utilidade Pública	ELETROBRAS	0,338

A Tabela 16 demonstra as medidas descritivas do índice de intangibilidade das empresas nos anos de 2007 e 2008.

Tabela 16 - Medidas descritivas do índice de intangibilidade (GI)

Ano	Média	Mediana	Des. padrão	Mínimo	Máximo
2007	5,113	2,867	8,106	0,335	40,270
2008	3,159	1,567	4,285	0,338	23,923

O valor médio do GI é de 5,113 (2007) e 3,159 (2008). Observa-se que 50% das organizações possuem um GI acima de 2,867 em 2007, e 1,567 em 2008. Cumpre destacar que a variável Valor de Mercado é muito volátil às oscilações do mercado acionário, influenciando diretamente o valor do GI. As medidas descritivas apontam uma média superior à mediana, portanto, a distribuição do GI é assimétrica positiva, com grande dispersão nos anos investigados.

A Tabela 17 revela o índice de correlação de Pearson entre Gi e GI nos anos de 2007 e 2008.

Tabela 17 - Correlação de Pearson entre o índice Gi e GI

Ano	R_Pearson
2007	0,58
2008	0,33

Verifica-se que, no ano de 2007, houve uma correlação moderada e positiva entre Gi e GI. Em 2008, a correlação foi fraca, mas positiva entre os índices. Desse modo, percebe-se que há uma relação positiva entre investimentos realizados em Ativos Intangíveis (Gi) e o índice de intangibilidade das empresas (GI).

4.6.2 Análise da regressão com dados em painel

A Tabela 18 apresenta os resultados do modelo de regressão com dados em painel referente às variáveis PL e AI.

Tabela 18 - Modelo de regressão com dados em painel PL e AI

Variável Dependente: PL – patrimônio líquido

Método: Efeitos Aleatórios

Período: 2007- 2008

Número de *cross-sections* usados: 47 empresas

Total de observações do painel: 94

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	9,61	0,29	32,95	0,00
AI	0,43	0,02	25,01	0,00
R ²	0,39			
Estatística F	59,57	Prob. (Estatística F)		0,00

Verifica-se que o modelo é significativo. O valor da estatística F é 59,57, com o F de significância igual a 0,00, sendo menor do que o nível de significância adotado de 0,05, portanto, se aceita a hipótese alternativa. O coeficiente de determinação do modelo é de 0,39, o que

corresponde a dizer que os investimentos em Ativos Intangíveis (AIs) explicam 39,30% da variação do valor do patrimônio líquido das empresas. Observa-se uma relação positiva entre PL e AI, pois para cada 1% de investimentos em AIs estima-se um incremento de 0,43% no PL.

A Tabela 19 exibe os resultados do modelo de regressão com dados em painel referente às variáveis RL e AI.

Tabela 19 - Modelo de regressão com dados em painel RL e AI

Variável Dependente: RL – receita líquida				
Método: Efeitos Aleatórios				
Período: 2007- 2008				
Número de <i>cross-sections</i> usados: 47 empresas				
Total de observações do painel: 94				
Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	12,70	0,41	30,63	0,00
AI	0,24	0,02	14,78	0,00
R ²	0,42			
Estatística F	66,16	Prob. (Estatística F)		0,00

Percebe-se que o modelo é significativo. O valor da estatística F é 66,16, com o F de significância igual a 0,00, sendo menor do que o nível de significância adotado de 0,05. Desse modo, se aceita a hipótese alternativa. O coeficiente de determinação do modelo é de 0,42, portanto, os investimentos em Ativos Intangíveis (AIs) explicam 41,83% da variação do valor da receita líquida das companhias. Observa-se uma relação positiva entre RL e AI, pois para cada 1% de investimentos em AIs estima-se um incremento de 0,24% na RL.

A Tabela 20 demonstra os resultados do modelo de regressão com dados em painel referente às variáveis VM e AI.

Tabela 20 - Modelo de regressão com dados em painel VM e AI

 Variável Dependente: VM – valor de mercado

Método: Efeitos Aleatórios

Período: 2007- 2008

Número de *cross-sections* usados: 47 empresas

Total de observações do painel: 94

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
C	13,07	0,86	15,15	0,00
AI	0,23	0,03	7,78	0,00

R ²	0,14			
Estatística F	14,52	Prob. (Estatística F)		0,00

O modelo é significativo, logo se aceita a hipótese alternativa. O valor da estatística F é 14,52, com o F de significância igual a 0,000, sendo menor do que o nível de significância adotado de 0,05. O coeficiente de determinação do modelo é de 0,14. Assim, verificam-se que os investimentos em Ativos Intangíveis (AIs) explicam 13,63% da variação do valor de mercado das empresas. Observa-se uma relação positiva entre VM e AI, pois para cada 1% de investimentos em AIs estima-se um incremento de 0,23% no VM.

Conforme os resultados estatísticos apresentados, conclui-se que os investimentos em Ativos Intangíveis causam uma reação positiva nas variáveis financeiras propostas. Esses resultados corroboram com as pesquisas de Azevedo e Gutierrez (2009); Crisóstomo e González (2005); Perez e Famá (2006a) e Perez e Famá (2006b). Estes autores também encontraram evidências de um relacionamento positivo envolvendo os Ativos Intangíveis.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as considerações finais sobre o estudo, bem como as recomendações para futuras pesquisas.

5.1 CONCLUSÕES

Diante das novas práticas contábeis referentes aos Ativos Intangíveis, esta pesquisa teve por objetivo analisar as informações evidenciadas sobre os AIs nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras pertencentes ao Ibovespa nos anos de 2006, 2007 e 2008. A amostra deste estudo caracterizou-se por 47 companhias não financeiras, com maior volume de negociação na BM&FBOVESPA.

Com relação ao primeiro objetivo específico, evidenciação das práticas contábeis, verificou-se que, em 2006, 35 empresas evidenciaram em suas demonstrações contábeis a norma da CVM ou do IBRACON que trata da criação do subgrupo intangível. Em 2007, 29 companhias apresentaram informações sobre a criação do subgrupo intangível de acordo com a Lei 11.638/07. As práticas contábeis mais específicas sobre os AIs, provenientes do CPC, foram evidenciadas em 2008 por 34 organizações. No triênio, a maioria das empresas não divulgou as normas internacionais que se referem aos AIs.

Em 2006, 27 companhias evidenciaram os AIs de modo segregado nas demonstrações contábeis, seguidas por 33 em 2007 e 47 em 2008. A ARACRUZ, DURATEX, ULTRAPAR e CCR RODOVIAS apresentaram as maiores debilidades de evidenciação no triênio. Conclui-se que houve uma evolução satisfatória no que concerne à divulgação e aderência às novas práticas contábeis neste período de convergência entre as normas nacionais e internacionais de Contabilidade.

No que tange ao segundo objetivo específico, tipos de AIs evidenciados, constatou-se que o *Ágio* (26,11%) e o *Software* (25,00%) foram os AIs mais divulgados, seguidos pelo *Direito Contratual* (15,83%). Observou-se que as organizações do setor de Telecomunicações foram as que demandaram por mais tipos de AIs na condução de seus negócios. Percebeu-se que o principal reflexo das novas práticas contábeis foi na contabilização do *Ágio*. Anteriormente este tipo de ativo era contabilizado no subgrupo investimento ou no

diferido. Agora deve ser reconhecido somente no subgrupo intangível e a partir do ano de 2009 não será mais amortizado sistematicamente, mas avaliado por *impairment test* periodicamente. A GAFISA e VIVO apresentaram equivocadamente o Ágio no subgrupo investimento no ano de 2008. Verificou-se que nos anos de 2006 e 2007 algumas empresas evidenciaram os AIs de forma equivocada no subgrupo do imobilizado, mas no ano de 2008 a maioria das companhias apresentou os AIs no subgrupo intangível.

Quanto ao terceiro objetivo específico, divulgação dos itens comuns às normas internacionais, notou-se que os itens mais divulgados foram “C”, “B” e “A”. O item “C” solicita a divulgação do valor contábil bruto e sua respectiva amortização e perdas acumuladas. O item “B” trata da divulgação do método de amortização. O Item “A” requisita a apresentação do prazo de vida útil ou das taxas de amortização utilizadas. Salienta-se que a divulgação desses três itens já era solicitada por outros regulamentos contábeis.

Os itens “D”, que solicita a identificação do valor reconhecido no resultado como amortização ou perda, e o item “E”, que requer uma reconciliação do AI de acordo com a movimentação contábil no período, apresentaram baixa evidenciação no triênio. A média geral de evidenciação foi de 46,65% em 2006, 44,61% em 2007 e 55,09% em 2008. Conclui-se que houve um melhora significativa na evidenciação em relação aos anos de 2006 e 2007, mas mesmo assim o grau de divulgação dos itens comuns às normas internacionais apresentou debilidades.

No que concerne ao quarto objetivo específico, representatividade dos tipos de AIs, identificou-se que o Ágio representa mais de 51,60% em relação aos outros AIs. Na sequência teve-se o Direito Contratual com representatividade superior a 19,38% e o Software com participação superior a 13,60%. Com esses resultados, conclui-se que o Ágio configura-se como uma forte estratégia de crescimento por parte das empresas, o que indica que os novos empreendimentos estão sendo adquiridos por um valor muito superior ao valor contábil. O Direito Contratual destaca-se por representar uma cessão de direitos de exploração comercial. Portanto, em alguns setores econômicos é considerado como a principal fonte de geração de riquezas. O ativo *Software* é responsável pelo gerenciamento das atividades, pois os sistemas computacionais otimizam os processos e garantem a confiabilidade e tempestividade nas informações.

Em relação o quinto objetivo específico, participação patrimonial dos AIs, observou-se que as empresas do setor de Consumo não Cíclico apresentaram maior participação. As companhias que apresentaram a maior e menor participação respectivamente no período foram AMBEV com 43,39% e REDECARD com 0,08% no período. Percebe-se que a distribuição da participação é heterogênea. Desse modo, conclui-se que a participação dos AIs está diretamente relacionada às necessidades do segmento empresarial.

No que se refere ao sexto objetivo específico, relação entre os AIs e variáveis financeiras, percebeu-se que a empresa LOJAS AMERIC apresentou o maior índice de investimentos em Ativos Intangíveis (Gi) com um valor de 2,198 vezes o valor do seu patrimônio líquido no período. A ROSSI RESID teve o menor índice com um valor de 0,003 vezes o seu capital próprio. Em relação ao índice de intangibilidade, destacam-se as LOJAS AMERIC, com valor de mercado superior a 13,394 vezes o valor do seu patrimônio líquido, e ELETROBRAS, com valor de mercado inferior a 0,335 vezes o valor do seu capital próprio no período. Verificou-se que houve uma correlação positiva entre os investimentos realizados em Ativos Intangíveis (Gi) e o grau de intangibilidade das empresas (GI) no período. No que tange à análise de regressão com dados em painel, os três modelos foram significativos e apontaram uma relação positiva entre os AIs e as variáveis financeiras propostas. No primeiro modelo estimou-se que os AIs explicaram 39,30% do valor do PL, no segundo explicaram 41,83% o valor da RL e no terceiro explicaram 13,63% do VM. Assim, constatou-se que os investimentos em AIs propiciam adição de valor ao patrimônio líquido, aumento de receitas e valorização das ações.

Por fim, conclui-se que os AIs são recursos estratégicos para as organizações. O seu controle proporciona vantagens competitivas, diferenciação no mercado e benefícios econômicos futuros acima da média em relação aos concorrentes. Desse modo, a Contabilidade, como um sistema de informação, busca adaptar-se a este novo contexto, por meio do reconhecimento e da evidenciação das práticas contábeis relacionadas a esses ativos. Por isso, a evidenciação contábil de AIs é fundamental para a compreensão das atividades organizacionais, bem como o desempenho econômico-financeiro das entidades dada à relevância desses ativos na composição patrimonial das organizações nos últimos anos.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Face às limitações do presente estudo, apresentam-se a seguir algumas sugestões para futuras pesquisas:

- a) Ampliar o período investigado para análise da evolução referente à evidenciação dos AIs, com o intuito de verificar a aderência aos regulamentos após a consolidação das práticas contábeis.
- b) Aumentar o número de empresas investigadas, com o objetivo de se obterem amostras setoriais com tamanhos iguais, a fim de permitir análises comparativas.
- c) Incluir outras variáveis financeiras para estimação do relacionamento com os AIs, tais como o Lucro e o EBITDA.
- d) Realizar estudos de casos, no sentido de aprofundar a compreensão dos motivos que levam à evidenciação contábil de AIs pelas empresas.
- e) Realizar um cotejamento com empresas internacionais no que se refere à evidenciação contábil de Ativos Intangíveis.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A. **Marcas: brand equity, gerenciando o valor da marca.** São Paulo: Negócio, 1998.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANTUNES, M. T. P. **Capital intelectual.** São Paulo: Atlas, 2000.
- ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P.; SAIKI, T. G. Evidenciação dos Ativos Intangíveis (Capital Intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009. CD-ROM. (estudos anteriores)
- AZEVEDO, F. N.; GUTIERREZ, C. E. C. A relação dos gastos com P&D na taxa de crescimento de longo prazo das empresas listadas na NYSE. In: **CONGRESSO ANPCONT**, 3., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2009. CD-ROM.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- BASTOS, P. S. S.; PEREIRA, R. M.; TOSTES, F. P. A evidenciação contábil do ativo intangível – atletas – dos clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006. CD-ROM.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: 70. ed. 1979.
- BINI, M.; BELLA, C. D. Determinants of market reactions to goodwill write-off after SFAS 142. **Managerial Finance**, v. 33, n. 11, p. 904-914, 2007.
- BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS E BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BM&FBOVESPA). 2008. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, n. 8.218, de 29 de agosto de 1991, n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, n. 9.469, de 10 de julho de 1997, n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997, n. 10.426, de 24 de abril de 2002, n. 10.480, de 2 de julho de 2002, n. 10.522, de 19 de julho de 2002, n. 10.887, de 18 de junho de 2004, e n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995, n. 10.925, de 23 de julho de 2004, n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, n. 11.116, de 18 de maio de 2005, n. 11.732, de 30 de junho de 2008, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, n. 9.873, de 23 de novembro de 1999, n. 11.171, de 2 de setembro de 2005, n. 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei n. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e n. 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis n. 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, n. 9.718, de 27 de novembro de 1998, e n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, n. 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos n. 83.304, de 28 de março de 1979, e n. 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.117-144.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Deliberação n. 488**, de 3 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Deliberação n. 496**, de 3 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Deliberação n. 527**, de 1º de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Deliberação n. 553**, de 12 de novembro 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Instrução n. 247**, de 27 de março de 1996. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Instrução n. 285**, de 31 de julho de 1998. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Instrução n. 319**, de 3 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

COMITÊ DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **CPC 04 – Ativos Intangíveis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 20 jan. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução n. 1.110**, de 29 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **Resolução n. 1.139**, de 21 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

CRISÓSTOMO, V. L.; GONZÁLEZ, E. V. Custos de P&D no Brasil – um possível efeito positivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 12., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABC, 2005. CD-ROM.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 50-68, jan./abr. 2009.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1998.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **SFAS 141 – Business combination**. FASB, 2001. Disponível em: <<http://72.3.243.42/pdf/fas141.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **SFAS 142 – Goodwill and other intangible assets**. FASB, 2001. Disponível em: <<http://72.3.243.42/pdf/fas142.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **SFAS 144 – Accounting for the impairment or disposal of long-lived assets**. FASB, 2001. Disponível em: <<http://72.3.243.42/pdf/fas144.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

GALVÃO, B. S.; COSENZA, J. P. Considerações sobre a evidenciação de Ativos Intangíveis no contexto brasileiro: estudo de caso da Perdigão S/A. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 38, p. 31-40, out./dez. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, O.; OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. CD-ROM.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS (IASB). **IAS 22 – Business combination**. Emitido em 1983 e revisado em julho de 1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **IAS 36 – Impairment of asset**. IASB, 1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

_____. **IAS 38 – Intangible assets**. IASB, 1998. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). **NPC n. 27 - Demonstrações Contábeis**: apresentação e divulgações, de 29 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Suplemento do Manual de Contabilidade das sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). São Paulo: Atlas, 2008.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. 1972. 110 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos Intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, v. 41, n.2, p.158-168, abr./maio/jun. 2006.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos Intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 10, n. 3, p. 73-90, Jul./Set. 2006.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação**: com internet. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.

LEV, B. **Intangibles**: management, measurement, and reporting. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T.; BASSO, L. C.; TEIXEIRA, E. G. Valor de mercado da empresa, estrutura de mercado e Ativos Intangíveis – análise de regressão com dados longitudinais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 10., 2003, Guarapari. **Anais...** Guarapari: ABC, 2003. CD-ROM.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1972

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONOBE, M. **Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido**. 1986. 183 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1986.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JÚNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006a.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Características estratégicas dos Ativos Intangíveis e o desempenho econômico da empresa. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios - e Gesta**, v. 2, n. 2, p. 69-96, abr./jun. 2006b.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.76-97.

REILLY, R. F.; SCHWEIHS, R. P. Valuing intangible assets. New York: McGraw-Hill, 1998.

REINA, D.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R.; GALLON, A. V.; RONCHI, S. H. Intangible assets: um estudo epistemológico da produção científica internacional no período de 1996 a 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009. CD-ROM.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTA, C. O.; VICENTE, E. F. R. Goodwill: uma investigação da produção científica no contexto brasileiro no período de 1994 a 2008. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - ENEPQ, 2., 2009, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. CD-ROM.

SÁ, A. L. Ativo intangível e potencialidades dos capitais. **Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços**, n. 14, 2000.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A., MACHADO, N. P. **Teoria da Contabilidade: introdutória, intermediária e avançada**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; GOMES, J. M. M.; FERNANDES, L. A. F.; PINHEIRO, P. R.; PALERMO, P. U.; MACHADO, N. P. Ativos Intangíveis: mecanismos de isolamento instrumentos de sustentação da vantagem competitiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 12., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABC, 2005. CD-ROM.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; PINHEIRO, P. R.; GOMES, J. M. M.; MACHADO, N. P. Evidenciação de Ativos Intangíveis: uma forma de minimizar os problemas causados pela seleção adversa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005. CD-ROM.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações gerais sobre Ativos Intangíveis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 2, p.11 - 40, jul./dez. 2004.

SEVIN, S.; SCHROEDER, R.; BHAMORNSIRI, S. Transparent financial disclosure and SFAS No. 142. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 7, p. 674-687, 2007.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. **Contabilidade financeira**: uma introdução aos conceitos, métodos e usos. São Paulo: Atlas, 2001.

STOLOWY, H.; CAZAVAN, A. J. International accounting disharmony: the case of intangibles. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 4, p. 477-496, 2001.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAVARES, M. C. **A força da marca**: como construir e manter marcas fortes. São Paulo: Harbra, 1998.

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. Considerações e comentários sobre custos (associados a ativos) intangíveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 8., 2001, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ABC, 2001. CD-ROM.